

COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

AMAZÔNIA CONTINENTAL: GEOPOLÍTICA E FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS



AMAZÔNIA CONTINENTAL: GEOPOLÍTICA E FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS



GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETÁRIAS EXECUTIVAS
Mimosa Paiva
Elizabeth Cantanhede

ASSESSOR DE EDIÇÕES
Antônio Auzier

Secretaria de
Estado de Cultura

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 - Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
culturadoam.blogspot.com
facebook.com/culturadoamazonas
www.culturamazonas.am.gov.br

Ricardo José Batista Nogueira

AMAZÔNIA CONTINENTAL: GEOPOLÍTICA E FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS



COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA





DIRETOR DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Antônio Ausier Ramos

DIRETORA TÉCNICA DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Lauriene Nakai Rodrigues Faraco

PESQUISADORES
Aline de Souza Santana
Fernando Rodrigo Sanchez Figueroa
Márcia Cristina da Costa Fernandes
Mileny Andresa da Silva Cruz

DESIGNER GRÁFICO
Francimar Rodrigues Maciel

SECRETÁRIA
Janete Albuquerque de Souza

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Antônio Auzier Ramos

PROJETO GRÁFICO
KintawDesign

CAPA
Fred Teixeira

REVISÃO
Cláudia Adriane Souza

FICHA CATALOGRÁFICA
José Messias Costa de Azevedo

N686a Nogueira, Ricardo José Batista.

Amazônia Continental: geopolítica e formação das fronteiras / Ricardo José Batista Nogueira. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

96 p. (Coleção Cadernos da Amazônia)

1. Fronteira Amazônica – Formação. 2. Bacia hidrográfica. 3. Floresta equatorial – Amazônia. I.Título.

CDD - 911.811

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
www.culturamazonas.am.gov.br

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mansagem proferida pelo Governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS

A Amazônia é um desafio constante. Conhecer as suas muitas nuances tem consumido anos a fio de dezenas de abnegados pesquisadores. Ainda assim pouco se sabe e muito há a se revelar. Esta Coleção serve também para reunir as mais variadas bases de informação, consolidando os dados em relação à Amazônia Continental, que se constitui em um universo à parte.

Esta visão norteou a implantação do Centro Cultural dos Povos da Amazônia pelo governo Eduardo Braga, e nos levou a reunir professores categorizados que pudessem apresentar estudos sobre vários enfoques, conformando a paisagem multifacetada da continentalidade da região, além da reunião de peças e acervos referenciais da identidade de todos os povos que habitaram e ocupam o território amazônico.

No campo da geopolítica e formação de fronteiras, o professor Ricardo Nogueira demonstra neste trabalho o seu vasto conhecimento, analisando a floresta tropical úmida, traçando conquistas das fronteiras, as muitas e variadas disputas territoriais e, ao final, as confrontações que se consolidaram, e tudo com abalizado conhecimento científico.

O valor primordial da Coleção Cadernos da Amazônia, que o governo do Estado passa a manter a partir do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, que integra a estrutura da

Secretaria de Estado da Cultura, está em facilitar o acesso à informação precisa e referendada por base acadêmica, seja por meio impresso como em base digital em que são ainda mais amplas as oportunidades de vulgarização.

Reconheço que se trata de um esmerado trabalho, feito em síntese que não prejudica a necessidade de amplo entendimento da realidade e valoriza o contexto em que se insere, contribuindo de forma relevante para o aprimoramento do reconhecimento da Amazônia.

Robério Braga

APRESENTAÇÃO

O trabalho que ora apresentamos ao público é, em primeiro lugar, uma descrição da maior região de florestas do mundo, que toma por base as principais referências sobre a mesma e que tentam defini-la territorialmente. Seja como Bacia Hidrográfica, seja como cobertura vegetal, esta região, apresentando dimensões continentais, é na atualidade de extrema importância para o futuro dos povos que a habitam, mas também para o próprio planeta Terra.

Em segundo lugar, procuramos fazer uma análise da organização territorial da Amazônia a partir do significado que essa região tem para cada um dos países que a dividem, levando em consideração as políticas territoriais adotadas por cada país para integrá-la ao restante do território nacional. Ou seja, é a geopolítica como sendo a ação do Estado e mesmo da sociedade no sentido de projeção territorial do poder.

A Amazônia, em virtude de sua dimensão territorial, próxima dos sete milhões de quilômetros quadrados, vem sendo apropriada, nos últimos trinta anos, das mais distintas maneiras por todos os países que a compartilham em que predomina a extração intensa de seus recursos naturais. Isto não poderia deixar de produzir resultados sócioambientais danosos, provocando reações por parte da comunidade internacional e exigindo políticas protecionistas dos países amazônicos.

Projetos de colonização, divisões político-administrativas internas, abertura de rodovias, extração dos recursos naturais e massacre dos povos indígenas foram marcas deixadas neste processo de integração e que agora passam por uma revisão profunda por parte dos próprios países.

A reação a isto também veio por parte da organização da sociedade civil – ribeirinhos, camponeses, indígenas, seringueiros e mesmo habitantes das cidades, reivindicando a instituição de formas mais adequadas de uso dos recursos naturais.

Na segunda parte do trabalho, apresenta-se a formação territorial da Amazônia e as disputas fronteiriças após o processo de independência da Espanha e de Portugal. Iniciamos fazendo uma discussão sobre o conceito de Fronteira e suas variadas interpretações, visto que a Amazônia Continental foi, de maneira geral, considerada uma fronteira a ser explorada pelos seus respectivos países. Apontamos também como esta 'condição de fronteira' refletiu na relação entre os agentes sociais que chegaram à região com os estabelecidos.

Em seguida, apresentamos todo o processo de formação territorial dos países amazônicos, as revoltas regionais, o papel de suas lideranças e de entidades como a própria igreja, e concluímos mostrando a atualidade das disputas territoriais em vista da criação de novas entidades no interior dos países como resultado da pressão nacional e internacional.

CAPÍTULO I

GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA CONTINENTAL

Se o conceito de Geopolítica do ponto de vista das discussões acadêmicas nos remete ao final do século XIX e início do século XX, quando o termo é criado pelo sueco Rudolf Kjellen (1905), tomando por base toda a elaboração teórica realizada pelo alemão Friedrich Ratzel em sua obra Geografia Política (1897), a prática da geopolítica, ou seja, a instituição de poderes territorializados, mais precisamente a projeção sobre o território das relações de poderes existentes na sociedade, é bem mais antiga, antecedendo mesmo a criação dos Estados modernos.

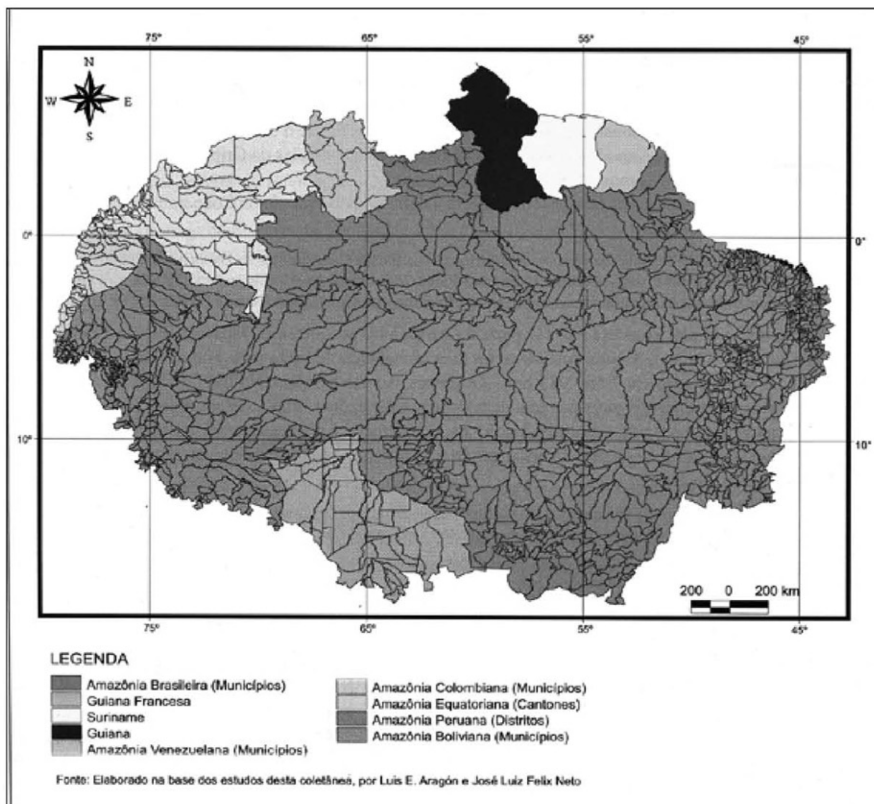
Mas é no processo de criação e consolidação destes Estados modernos que a geopolítica far-se-á presente porque se trata de definir rigidamente limites de poderes dos Estados territoriais. Na conquista do Novo Mundo, da América, reproduziu-se o mesmo processo, surgindo a relação metrópole-colônia.

Precisamente aqui, a Amazônia já aparece para o mundo sendo uma região em quase sua totalidade de possessão espanhola, ficando Portugal com menor parcela a Leste da linha de Tordesilhas.

Entre acordos e tratados, portugueses avançaram rumo ao Oeste estabelecendo linhas de defesa, fortificações, povoações e missões religiosas. Aproveitando-se da União Ibérica (1580-1640), em pouco mais de vinte anos, da

fundação do forte do presépio em Belém, em 1616, até a colocação de um marco por Pedro Teixeira na boca do rio Napo em 1637, o território colonial português dobrou sua extensão. Este avanço só foi possível mediante a adoção de algumas estratégias que consolidaram a posse, como a implantação de fortificações, de missões religiosas e núcleos de povoamento. Novos acordos serão necessários para ajustar os novos limites. Outros países também forçaram participar da posse territorial na Amazônia, como a França, a Inglaterra e a Holanda, conseguindo implantar colônias na região que deram origem às Guianas Inglesa, Guiana Francesa e Guiana Holandesa. Para assegurar o controle do território amazônico, tanto Portugal quanto Espanha utilizou como expediente próprio da geopolítica a divisão político-administrativa – vice-reinos, capitanias, audiências, que no processo de independência vão resultar em disputas internas constituindo novos países na América do Sul.

Na atualidade, a Amazônia Continental é formada por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e a Guiana Francesa, um Departamento Ultramarino da França. Essa comunidade internacional tem em comum o fato de compartilharem a maior área de floresta do mundo, e, em vista disso, possuem uma enorme responsabilidade sobre o destino não só da natureza, mas principalmente sobre a diversidade de povos que tradicionalmente vivem da extração, em pequena escala, de seus recursos naturais.



MAPA 1: Divisão municipal da Amazônia Continental.
Fonte: ARAGON, L. Populações da Pan-Amazônia. 2005.

Esta identidade tornou possível o surgimento de uma organização, o Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA – cujo objetivo é debater, discutir e propor ações de cooperação entre os países para promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, buscando a preservação do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais desses territórios. Para isso, trocarão informações e formalizarão acordos, produzindo instrumentos jurídicos que assegurem o cumprimento dos mesmos. Em vista da extensa rede hidrográfica que corta a região, o

Tratado visa assegurar a ampla liberdade de navegação e, ao mesmo tempo, envidar esforços visando a utilização racional dos recursos hídricos. A pesquisa científica e o intercâmbio de informações e pessoal técnico devem ser estimulados como meio para dinamizar os conhecimentos sobre a flora e a fauna amazônica.

Como não é possível pensar em desenvolvimento sem a criação de uma infra-estrutura física que viabilize o fluxo de informações e comunicações, os países deverão aperfeiçoar sua interconexão rodoviária, aérea, de transporte fluvial e de telecomunicações procurando integrar sua economia nacional à região amazônica.

A Guiana Francesa, embora apresente na maior porção de seu território as características de floresta tropical quente e úmida, típica do domínio amazônico, pelo fato de ser um departamento ultramarino da França, e não um país independente, não participa da OTCA, criada em 1978.

Antecipadamente, é importante observar que não há unanimidade sobre a real extensão da Amazônia Continental e de sua população, pois os critérios são diversos. A simples exclusão da Guiana Francesa, por não ser membro efetivo do Tratado de Cooperação Amazônica, é suficiente para alterar os números. Do mesmo modo no Brasil, com a exclusão ou inclusão do oeste do Estado do Maranhão. Na Venezuela, alguns autores acrescentam parte da bacia do rio Orenoco. São convenções e muitas vezes conveniências políticas que podem fazer e refazer limites. A este respeito é importante lembrar o argumento do geógrafo político francês Claude Raffestin, quando ele afirma a respeito da relação entre espaço e poder, que “sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer”. Para o autor, no exercício do poder, a oposição “continuidade versus descontinuidade” é sempre manipulada,

sendo os limites criados ou deslocados como forma de apoio do poder, e isto só ocorre porque os limites, fazendo parte da reprodução social, são vividos, consumidos, participando da territorialidade.

Poderíamos até perguntar se uma área da Amazônia selvática que perdeu sua cobertura vegetal para dar lugar a pecuária ou agricultura continua sendo Amazônia. Haverá, portanto, uma extensão para a Amazônia hidrográfica, cujo limite, certamente será dado pelos rios que compõem a tradicional bacia amazônica; para uma Amazônia selvática, cujo limite será definido pela vegetação que a caracteriza; e haverá uma Amazônia delimitada por critérios políticos para fins de planejamento do Estado nacional, que poderá acompanhar ou fazer coincidir os limites das unidades político-administrativas amazônicas, ou traçar uma linha a partir dos paralelos ou meridianos da região.

A BACIA HIDROGRÁFICA

A Amazônia, enquanto unidade natural, será partilhada entre diversos paises nascentes. Os recortes territoriais de cada um deles, definidos de maneira conflituosa, fruto do processo de descolonização da Espanha e de Portugal, farão com que esta região natural apresente porções diferenciadas para cada país.

Como região natural, a Amazônia apresenta limites diferenciados, visto que alguns preferem caracterizá-la a partir de um critério que toma por base a ***bacia hidrográfica***. Deste modo, a extensão territorial da Amazônia atinge pelo menos 6,8 milhões de km^2 (Dominguez,1987) envolvendo os seguintes paises: Brasil, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador. No entanto, podemos encontrar fontes indicando a extensão

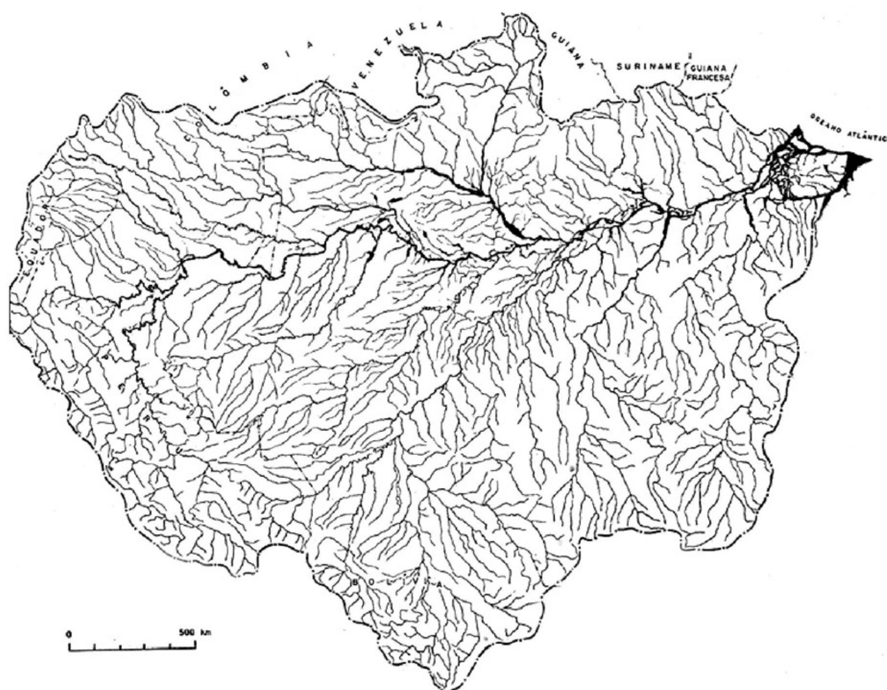
de 7.350.621 km^2 (CDEA, 1992 apud Aragon,2005); 7,5 milhões km^2 (Branco,1989). A diferença estaria na inclusão ou não das Guianas. O certo é que como eixo central desta enorme bacia está o rio Amazonas que recebe, ao longo de seus mais de 6.500km, inúmeros afluentes.

Numa visão geopolítica, os rios merecem atenção especial porque são decisivos nos acordos e tratados de delimitação entre Estados-nacionais. De fácil identificação como 'fronteira', limite, este elemento da natureza perde todo seu significado natural quando os territórios às suas margens são disputados. Também é referência comum para as ações de planejamento regional a partir da definição das bacias hidrográficas. Servindo também para a circulação de pessoas e mercadorias através da navegação, os **rios** internacionais são considerados como **contíguos** quando dividem dois países. Na Amazônia, a grande quantidade de rios possibilitou o uso destes para a formação dos limites. Há vários exemplos, dentre eles apontamos: o rio Guaporé, que em parte serve de fronteira entre o Brasil e a Bolívia; o rio Javari, que em longa parte de seu percurso é a fronteira do Brasil com o Peru. Outro exemplo é o rio Putumayo, que define um trecho da fronteira entre o Peru e a Colômbia, e o rio Orenoco, que divide a Colômbia da Venezuela em seu alto curso. Nesta situação os tratados são relativamente mais tranqüilos, visto que apenas dois países compartilham os rios.

Os **rios** são denominados **sucessivos** quando cortam, atravessam dois ou mais países. Na região, o caso mais exemplar é, evidentemente, o do rio Amazonas, que atravessa três países: Peru, Colômbia e Brasil. Desta forma, os tratados de uso para a navegação podem exigir maior negociação diplomática.

No entanto, os rios da Amazônia, além de terem servido em muitos casos para definir fronteiras, ele foi, na verdade, muito mais importantes para o processo de ocupação e colonização da região em todos os países. O rio se constituiu

na principal via de circulação, de caminho entre a periferia da região e as zonas centrais dela. Foi justamente em suas margens que surgiram diversos núcleos de povoamento desde o remoto período colonial. Como ligação natural, os rios da Amazônia sempre permitiram uma grande facilidade de navegação, permitindo que canoas, barcos, e mesmo navios, atingissem os mais recônditos lugares da Amazônia.



MAPA 2 Bacia hidrográfica da Amazônia.
Fonte: Região Norte, FIBGE, 1977.

A colonização da região por portugueses e espanhóis vai se utilizar de todo o saber indígena a respeito de navegação e construção de embarcações. Afinal, os indígenas foram os principais guias de expedições na Amazônia. Ainda no século

XVIII, nos relatos deixados pela expedição de Charles Marie de La Condamine pelo rio Amazonas, aparece a referência do socorro prestado pelos indígenas quando de uma tormenta no meio do rio.

A colonização ainda vai se utilizar, e mais que isso, vai fundar assentamentos sobre os povoados indígenas localizados nas barrancas dos rios, pois a extensa várzea do principal rio da Amazônia, possuindo uma dinâmica fluvial muito intensa, constrói e reconstrói paisagens a cada enchente e vazante a partir do processo de erosão e deposição dos sedimentos em suas margens, permitindo que alguns pontos de suas margens sejam mais apropriados para ocupação que outros.

Esta ação vai condicionar o surgimento de cidades em toda a Amazônia, cidades ribeirinhas, cidades em que o rio foi e continua sendo o principal elo com outros lugares. Na verdade, praticamente todas as cidades ribeirinhas da Amazônia apresentam uma característica que as assemelham. Voltadas para o rio, que é, em geral, a porta de entrada e saída da cidade, tem no porto, por mais precário que seja, o ponto de contato com o mundo rural e regional. Daí ser este lugar o catalisador de toda a produção rural, abrigar o mercado público, as casas de comércio de venda de produtos para a população ribeirinha, uma igreja e outros serviços associados à vida ribeirinha. Do mesmo modo, essa população ribeirinha elaborou todo um modo de vida, toda uma cultura em torno desse ambiente aquático, associado às técnicas de plantar, de moradia, de construção naval, além de todo um simbolismo imposto aos rios, carregado de mitos.

São centenas as cidades localizadas ao longo dos rios da bacia amazônica. As origens dessas cidades também tiveram motivações diversas como já foi apontado acima: fortes, aldeamentos religiosos, aldeamentos indígenas, seringais, etc. Algumas remontam ao século XVI, como Coca, no Equador,

atual Puerto Francisco Orellana, outras, ao século XX, como Ji-Paraná, no Brasil, que se expandiu com a colonização. Segue abaixo uma tabela com as principais cidades da Amazônia localizada às margens dos rios[1].

TABELA 1 – Maiores cidades da Bacia Amazônica.

Cidades	População	Rio	País
Manaus	1.394.724	Negro	Brasil
Belém	1.271.615	Foz do Amazonas	Brasil
Porto Velho	273.496	Madeira	Brasil
Macapá	270.077	Amazonas	Brasil
Iquitos	231.590	Mararon	Peru
Rio Branco	226.134	Acre	Brasil
Boa Vista	196.942	Rio Branco	Brasil
Santarém	186.567	Amazonas	Brasil
Marabá	134.258	Tocantins	Brasil
Florência	138.500	Hacha	Colômbia
Pucallpa	95.000	Ucayali	Peru
Ji-Paraná	91.013	Ji-paraná	Brasil
Santana	75.629	Amazonas	Brasil
Trinidad	75.258	Mamoré	Bolívia
Abaetetuba	70.752	Tocantins	Brasil
Puerto Assis	64.672	Putumayo	Colômbia
Itaituba	64.447	Tapajós	Brasil
Altamira	62.265	Xingu	Brasil
Tucuruí	60.867	Tocantins	Brasil
Parintins	58.019	Amazonas	Brasil
Riberalta	52.337	Beni/Madre de Dios	Bolívia
Tefé	47.672	Solimões	Brasil
Manacapuru	47.292	Solimões	Brasil
Itacoatiara	46.194	Amazonas	Brasil
Puerto Ayacucho	41.241	Orenoco	Venezuela
Breves	40.538	Amazonas	Brasil
Cametá	40.388	Tocantins	Brasil
Letícia	39.636	Maranon	Colômbia
Coari	39.503	Solimões	Brasil

1. A base para esta tabela foram últimos dados dos institutos nacionais de estatística de cada país: IBGE (Brasil); INE (Bolívia); INEI (Peru); INEC (Equador); DANE (Colômbia); INE (Venezuela).

Cidades	População	Rio	País
Cruzeiro do Sul	38.971	Juruá	Brasil
Nauta	33.918	Maranõn	Peru
Guajará-Mirim	33.035	Mamoré	Brasil
Guayaramerim	33.000	Mamoré	Bolívia
Puerto Maldonado (Tambopata)	31.249	Madre de Dios	Peru
Oriximiná	29.171	Trombetas	Brasil
Tabatinga	26.539	Solimões	Brasil
Humaitá	23.944	Madeira	Brasil
Óbidos	22.977	Amazonas	Brasil
Tena	21.000	Tena	Equador
Cobija	20.987	Acre	Bolívia
Lábrea	19.243	Purus	Brasil
Fco. Orellana (Coca)	18.298	Coca/Napo	Equador
Carauari	16.868	Juruá	Brasil
Eirunepé	16.764	Juruá	Brasil
Mitu	16.683	Vaupes	Colômbia
Sena Madureira	16.155	Iaco	Brasil
Manicoré	15.303	Madeira	Brasil
Benjamin Constant	14.158	Javari	Brasil
Tarauacá	13.946	Tarauacá	Brasil
São Felix do Xingu	12.530	Xingu	Brasil
São Gabriel da Cachoeira	12.365	Rio Negro	Brasil
Fonte Boa	11.625	Solimões	Brasil
Borba	11.252	Madeira	Brasil
Nova Olinda	10.202	Madeira	Brasil
Tapauá	9.450	Purus	Brasil
Novo Aripuanã	9.053	Madeira	Brasil
Brasileia	9.026	Acre	Brasil
São Paulo de Olivença	8.654	Solimões	Brasil
Caracaraí	8.236	Branco	Brasil
Sto. Antônio do Içá	7.879	Iça	Brasil
Jutaí	7.725	Solimões	Brasil
Barcelos	7.952	Negro	Brasil
Novo Airão	6.992	Rio Negro	Brasil
Plácido de Castro	6.979	Abunã	Brasil
Nhamundá	6.308	Nhamundá	Brasil
Canutama	5.448	Purus	Brasil
Beruri	4.961	Purus	Brasil
Maraã	4.528	Japurá	Brasil
Tonantins	4.361	Solimões	Brasil
Sta. Isabel do Rio Negro	4.218	Rio Negro	Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor/2005.

Dominando a maior extensão territorial da bacia amazônica, vê-se a contribuição do Brasil na ocupação dessa região. Manaus aparece como a cidade de maior população de toda a Amazônia Continental, posição que foi sendo conquistada ao longo dos últimos trinta anos com um forte incremento da migração regional e inter-regional. Contribuiu para isto a implantação de um pólo industrial na década de 1970, que abriga aproximadamente 400 indústrias dos setores de eletroeletrônicos, motocicletas, telefonia celular, e outros, empregando atualmente cerca de 80.000 trabalhadores. Belém, e sua região metropolitana, formada por outros oito municípios, é, sem dúvida, a maior concentração urbana da região. Teve sua expansão ao longo da década de 1960, associada à abertura da rodovia que liga ao centro do pais.

Partindo do rio Amazonas, podemos traçar o elenco de importantes tributários que contribuem para que o rio Amazonas chegue até o oceano Atlântico como o rio "de maior massa liquida, com uma vazão anual média de aproximadamente 200.000 m^3/seg" (SIOLI, 1983: 22). Os afluentes da margem direita, em geral, são rios que ainda se apresentam em processo de formação, sem leito definido; são também mais extensos que os da margem esquerda, pois são formados no planalto das guianas. Pela margem direita o rio Ucayali, em território peruano, possui 1.600 km; o rio Javari, que se constitui em longo trecho na fronteira entre o Brasil e o Peru, com 1.180 km; o rio Juruá, com nascente em território peruano, corta o Estado do Acre e do Amazonas, com 3.350 km; rio Purus, também nascendo no Peru, possui 3.590 km; rio Madeira, junção do rio Guaporé e do rio Mamoré, cuja formação ocorre em território boliviano, possuindo 1.056 km de trecho navegável; o rio Tapajós possui 1.992 km, o rio Xingu possui 1.980 km e o rio Tocantins possui 2.400 km. O

gráfico abaixo mostra a declividade do rio Amazonas desde a sua foz em Belém, até a localidade de Pongo de Manseriche, que num percurso de mais de 4.000km, seu nível acima do mar é apenas de 150 metros.

Pela margem esquerda, os rios são: Napo, que nasce nas cordilheiras dos Andes em território equatoriano, com 667 km; Putumayo, que nasce nas cordilheiras Colombianas e quando entra em território brasileiro recebe o nome de rio Içá, com 1.645 km; rio Caquetá, também nascendo na Colômbia, e quando entra no Brasil recebe o nome de rio Japurá, com 2.100 km; rio Negro,1.700 km; e o rio Trombetas com 750 km.

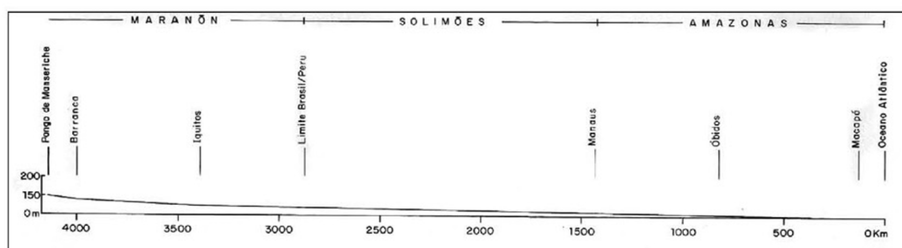


GRÁFICO 1 Declividade do Rio Amazonas.
Fonte: BGE. Região Norte, 1977.

A divisão desta bacia hidrográfica apresenta uma diferenciação muito grande entre os países que a compõem. O Brasil possui 4.989.361km^2 (72,6%); o Peru 762.400 km^2 (11,1%); a Bolívia 600.000 km^2 (8,7%); a Colômbia 336.583 km^2 (5.0%); o Equador 130.000 km^2 (1,9%); e a Venezuela 51.000 km^2 (0,7%) (Dominguez, 1987). A Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana não participam desta configuração territorial - bacia hidrográfica -, pois a cadeia de montanhas, denominada de maciço das Guianas é o principal divisor das bacias, que serviu também para definir as fronteiras entre o Brasil e outros países. Assim, os rios da vertente norte, da Guiana (com exceção do rio Tacutu), Suriname e Guiana

Francesa, correm no sentido do oceano atlântico, enquanto os rios da vertente sul correm no sentido do rio Amazonas. Embora o Brasil detenha a maior parcela desta bacia, o que lhe impõe um papel de extrema relevância no que diz respeito ao uso e conservação dos recursos hídricos, e controle a foz do rio Amazonas, legado geopolítico dos portugueses, as nascentes não apenas do rio Amazonas como de outros rios que são importantes tributários não estão em seu território. Isto exige dos países que compõem a bacia amazônica acordos e tratados, seja para navegação seja para controle dos resíduos líquidos lançados nos mananciais.

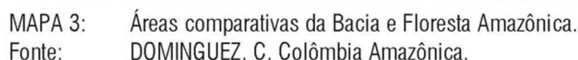
Por conta do volume excepcional de recursos hídricos que possui a bacia amazônica e em virtude da gradativa ampliação da falta deste recurso natural em outras regiões do globo, a Amazônia vem aparecendo como uma região potencialmente fornecedora de um dos recursos que poderá ser fortemente disputado num futuro não tão distante: a água.

A FLORESTA EQUATORIAL ÚMIDA

A Amazônia Continental também pode ser definida a partir de sua característica mais conhecida que é a ***floresta equatorial úmida***. Por este critério, embora também não haja concordância nos números, a sua extensão territorial atinge cerca de 5,9 milhões km^2 (Dominguez,1987)) e envolve os seguintes países: Brasil, com 3.540.000 km^2 (60%); Peru, com 762.400 km^2 (13%); Bolívia, com 490.000 km^2 (8,3%); Colômbia, com 479.000 km^2 (8,0%); Venezuela, com 259.000 km^2 (4.4%); Guianas, com 240.000 km^2 (4.1%); e Equador, com 130.000 km^2 (2.2%) (mapa). Nesta configuração territorial acrescenta-se a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana (ver mapa 03).

Percebe-se, do mesmo modo, que a parcela correspondente ao Brasil é significativamente superior às áreas amazônicas dos outros países que a compartilham. Dentro do próprio território brasileiro a Amazônia corresponde a aproximadamente 60% do território nacional. Porém, este percentual vem gradativamente sendo reduzido pelos constantes desmatamentos realizados.

Areas comparativas de la cuenca y la selva amazónica



MAPA 3: Áreas comparativas da Bacia e Floresta Amazônica.
Fonte: DOMINGUEZ, C. Colômbia Amazônica.

Isto tem causado uma grande preocupação da comunidade internacional, pois se sabe que as alterações promovidas na cobertura vegetal influenciarão de maneira decisiva o clima de todo o planeta. Nunca um fenômeno essencialmente natural como o clima ganhou um significado

eminentemente político como hoje. As nações industrializadas têm promovido reuniões, como a Convenção sobre o Clima, para discutir a redução da emissão de gases na atmosfera, oriundo tanto da produção industrial dos países desenvolvidos e da emissão de monóxido de carbono dos veículos, quanto das queimadas e desmatamentos nas regiões tropicais. O principal documento que procura nortear estas ações é o "Protocolo de Kioto", assinado em 2001 por inúmeros países que se comprometeram em reduzir as emissões e combater as queimadas, com exceção de um poluidor importante: os Estados Unidos da América.

A forte relação existente entre a vegetação – fenômeno natural restrito espacialmente à escala sul-americana – e o clima – fenômeno natural de dimensão global - põe em xeque a questão amazônica: o debate sobre o destino desta região deve ser restrito aos países que compartilham água e flora, ou deve ser mundial, visto que as mudanças climáticas afetam o mundo inteiro?

É importante assinalar também que para cada país a Amazônia possui um significado que é, de certo modo, proporcional à extensão territorial que ela ocupa. Isto representa, simultaneamente, o papel que cada um pode exercer e por outro lado, as pressões que pode receber da comunidade internacional em nome da conservação e preservação da região.

Além dessas duas configurações territoriais que tomam como critério a natureza, existe ainda, pelo menos no Equador, na Venezuela, no Brasil e Colômbia uma delimitação político-administrativa. No Brasil e na Colômbia usa-se a denominação **Amazônia Legal**, para a regionalização criada pelos respectivos países para planejar o desenvolvimento desta área concedendo incentivos fiscais para quem se dispuser a investir aí seus recursos. Assim, apresentamos

aqui quais os departamentos, províncias ou estados que compõem a parcela amazônica dos diversos países.

No Brasil, a divisão territorial político-administrativa denominada **região Norte**, utilizada para fins censitários, engloba os 7 estados relacionados, conforme tabela 02.

Porém, a composição da Amazônia definida para fins de planejamento regional, conhecida como **Amazônia Legal**, ultrapassa os limites da região Norte e envolve ainda o estado do Mato Grosso, com 906.806 km[2], e parte oeste do estado do Maranhão. Somando os municípios destes dois estados, a Amazônia Brasileira possui 792 municípios.

TABELA 2: Região Norte.

Brasil	Extensão	Capital	Municípios
Amazonas	1.570.745 km^2	Manaus	62
Pará	1.247.689 km^2	Belém	143
Acre	152.581 km^2	Rio Branco	22
Roraima	224.298 km^2	Boa Vista	15
Rondônia	237.567 km^2	Porto Velho	52
Amapá	142.814 km^2	Macapá	16
Tocantins	277.620 km^2	Palmas	139
Total	3.853.314km^2	-	449

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor/2005.

Esta Amazônia Legal foi criada originalmente em 1953 através da Lei 1.806 (06/01/53), e teve gradativamente seus limites alterados em virtude da dinâmica territorial que resultou da incorporação da Amazônia ao restante do território nacional. Ainda para fins de planejamento e concessão de incentivos e isenção tributária, o Brasil dividiu a Amazônia Legal em Amazônia Ocidental (Decreto-Lei 291 de 28/02/1967), composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; e a Amazônia Oriental, composta pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

Na Colômbia, a porção Amazônica encontra-se dividida em selvática e hidrográfica, que corresponde basicamente aos rios que fazem parte da bacia amazônica, e sua área está calculada em 339.504 mil km². A Amazônia Colombiana, definida a partir da cobertura vegetal, apresenta uma área maior que a anterior, visto que esta se estende para o Norte, envolvendo parte da bacia do rio Orenoco. A área desta região atinge 406.638 km². Enfim, a Amazônia político-administrativa compreende integralmente os departamentos do Amazonas, Caquetá, Guainia, Guaviare, Putumayo e Vaupes e parte dos departamentos de Vichada, Meta, Cauca e Nariño. Por esta configuração o território da grande Amazônia chega a 477.273 km², equivalente a 41% do estado colombiano.

TABELA 3: - Amazônia Colombiana.

Departamento	Extensão	Capital	Municípios
Amazonas	109.665km²	Leticia	2
Caquetá	88.965 km²	Florencia	16
Guainia	70.691 km²	Inírida	1
Guaviare	55.391 km²	San Jose	4
Putumayo	24.885 km²	Mocoa	13
Vaupés	54.135 km²	Mitu	2
Total	403.732 km²	-	38

Fonte: Dane. Elaborada pelo autor/2005.

A Amazônia é também uma região muito importante para o estado peruano pois, seguindo o critério ecológico, sua superfície corresponde a 778.449 km² ou seja, o equivalente a 60% do território nacional. Importantes rios que formam a bacia amazônica, como o Huallaga e o Maranõn, nascem nas regiões andinas do Peru, formando, inclusive, o rio Amazonas. Compõem a Amazônia Peruana, 16 Departamentos e 63 provincias, porém, nem todos possuem todo seu território integralmente no interior da porção amazônica. Dentre os principais departamentos estão:

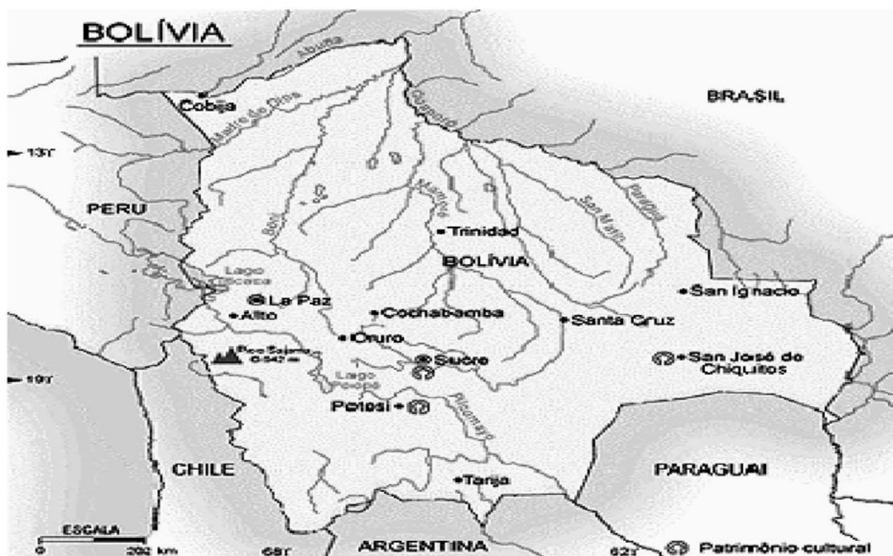
TABELA 4: Amazônia Peruana

Departamento	Extensão	Capital	Municípios
Loreto	368.851 km^2	Iquitos	6
San Martin	50.915 km^2	Moyobamba	10
Ucayali	102.410 km^2	Pucallpa	4
Amazonas	36.539 km^2	Chachapoyas	7
Madre de Dios	85.182 km^2	Puerto Maldonado Tambopata)	3
Huánuco	18.870 km^2	Huánuco	7

Fonte: INEI. Elaborada pelo autor/2005.

Embora a Bolívia tenha sua imagem muito mais associada à região andina, com suas cadeias de montanhas, sua capital La Paz, localizada a quase quatro mil metros de altitude, o lago Titicaca, considerado o mais alto mais do mundo, 36% do seu território é considerado Amazônia. No planalto boliviano formam-se grandes rios que correm em sentidos opostos. A bacia do Sul dá origem aos rios da bacia do Prata; a bacia do Norte, ou a bacia Amazônica, dá origem aos rios Mamoré, Beni, Madre de Dios que correm em direção ao território brasileiro.

A história da formação territorial da Bolívia sempre esteve muito voltada para a região andina, pois aí estava o principal objetivo da colonização espanhola que era a exploração de minérios, a prata de Potosí. Deste modo, o avanço para a região amazônica só vai ocorrer ao longo do século XIX, sendo intensificada nas últimas décadas com a exploração dos recursos naturais, liderados pela borracha e pela madeira. Esta região será palco de disputa territorial com o Brasil, visto que do mesmo modo havia o avanço de brasileiros em busca da exploração da borracha.



MAPA 4: Bolívia.
Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

A tabela abaixo demonstra a composição da Amazônia Boliviana, porém, somente os departamentos de Beni e Pando estão completamente no interior da região amazônica, enquanto La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, estão apenas em parte na Amazônia[2].

TABELA 05 – Amazônia Boliviana

Departamento	Extensão	Capital	Municípios
La Paz	-	La Paz	02
Cochabamba	-	Cochabamba	03
Santa Cruz de La Sierra	-	Santa Cruz	13
Beni	213.564	Trinidad	19
Pando	63.827	Cobija	15

Fonte: INE. Elaborado pelo autor/2005.

2. Deixa-se de apresentar aqui a extensão territorial dos Departamentos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, porque apenas uma pequena parte está na Amazônia. Por exemplo: dos 75 municípios de La Paz só 02 estão na Amazônia.

A expressão territorial da Amazônia venezuelana ocupa apenas 20% da superfície daquele país, que corresponde essencialmente a um único estado, o estado do Amazonas. Isolado do restante do território venezuelano, ficou à margem das políticas públicas por muito tempo. A Venezuela é um país com forte concentração das atividades econômicas e de população no entorno de sua capital, Caracas, no Norte do país. A exploração petrolífera nesta área somente reforçou tal concentração.

Só mais recentemente, com a exploração mineral ao longo do rio Orenoco, principal rio do país, e da utilização de seu potencial hidrelétrico, é que o país voltou-se um pouco para o centro sul do país, dinamizando cidades como Porto Ordaz e Ciudad Bolívar.

O estado do Amazonas está dividido em 07 municípios; o de maior população é Atures, onde fica sua capital Puerto Ayacucho; é o estado da Venezuela que possui o menor contingente populacional, totalizando 113.722 habitantes.

TABELA 6: Amazônia Venezuelana.

Estado	Extensão	Capital	Municipios
Amazonas	183.500	Puerto Ayacucho	07

Fonte: INE. Elaborado pelo autor/2005.

O processo de libertação do domínio espanhol na América foi muito conturbado, fazendo surgir diversos estados-nacionais. O Equador, na partilha territorial, foi o que ficou com a menor extensão, pois perdeu território para o Peru e Colômbia. Dos atuais 256.730 km^2, 45% são considerados territórios amazônicos. Do mesmo modo que os outros países amazônicos, a exploração de mineral, aqui mais precisamente o petróleo, alterou a dinâmica regional, atraindo migrantes, empreendimentos e rodovias.

A Amazônia Equatoriana é delimitada politicamente, pois os limites das províncias coincidem rigorosamente com os limites da região. É composta por seis províncias – Sucumbios, Napo, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe, que abrigam uma população de 548.419 habitantes, correspondendo a apenas 4% da população do país.

TABELA 7: Amazônia Equatoriana.

Província	Extensão	Capital	Municípios
Sucumbios	16.559 km^2	Nueva Loja	07
Napo	11.930 km^2	Tena	05
Pastaza	29.520 km^2	Puyo	04
Morona Santiago	28.915 km^2	Macas	12
Zamora Chinchipe	16.559 km^2	Zamora	09
Orellana	20.652 km^2	Francisco Orellana	04

Fonte: INEC. Elaborado pelo autor/2005.

O conjunto formado pela **Guiana, Suriname e Guiana Francesa** constitui uma geografia e uma história à parte da Amazônia. Resultado histórico evidente das tentativas de conquista por franceses, ingleses e holandeses ao longo do processo de expansão européia por novas terras e seus produtos, os fluxos desses territórios estabelecidos com a Amazônia sempre foram mínimos. O fato de não participarem da bacia hidrográfica amazônica, pois os rios se dirigem para o oceano Atlântico, limitou conexões comerciais e sociais com o interior da Amazônia; a colonização realizada por nações não ibéricas certamente também se constituiu em empecilhos a uma maior identificação, além do fato de terem conquistado a autonomia (com exceção da Guiana Francesa) somente na segunda metade do século XX, ficando a Guiana independente da Inglaterra em 1966, e o Suriname livre da Holanda em 1975, retardaram os processos de integração.

As tênues ligações existentes aparecem na fronteira do estado de Roraima, no Brasil, com a Guiana, e do estado do Amapá com a Guiana Francesa, envolvendo migração de trabalhadores brasileiros e garimpeiros. Porém, a tendência de expansão dos fluxos é forte, pois estão em andamento as ligações rodoviárias entre a cidade de Boa Vista, capital de Roraima e Georgetown, capital da Guiana, e entre Macapá – Oiapoque, ambos no Amapá e Cayena, capital da Guiana Francesa. É importante assinalar que entre as três Guianas já existe ligações rodoviárias, e que tanto de Belém e Macapá como de Boa Vista, já há linhas aéreas operando com regularidade.

TABELA 8: Guianas

Estado	Extensão	Capital	Regiões
Guiana	214.999km^2	Georgetown	10
Suriname	163.470km^2	Paramaribo	5
Guiana Francesa	84.000km^2	Cayena	7

Fonte: Elaborado pelo autor/2005.

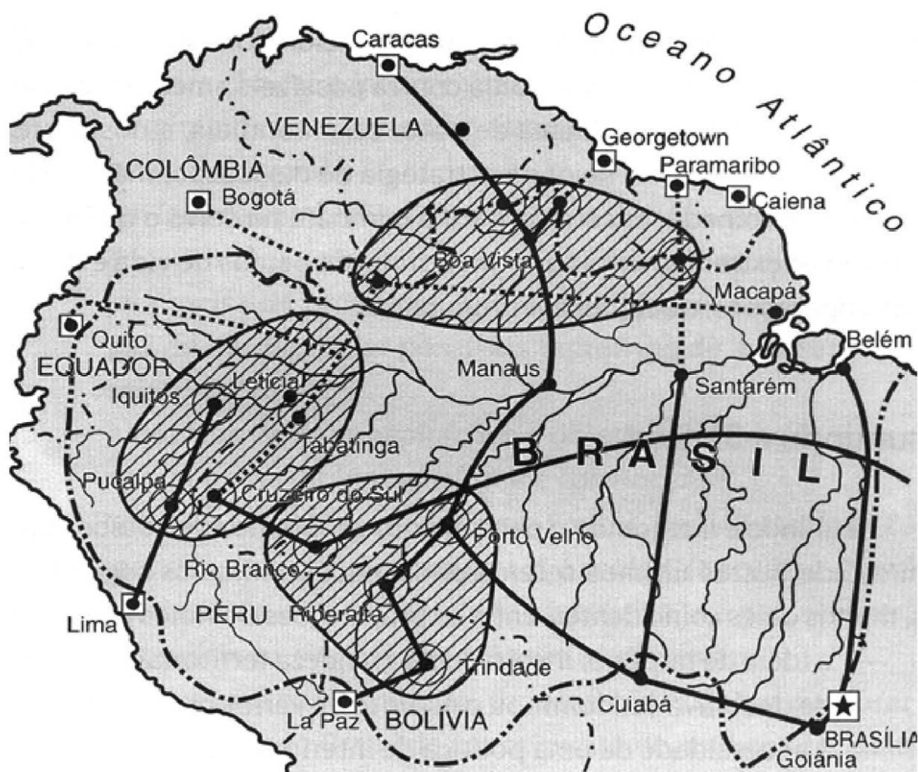
Apresentadas estas delimitações iniciais, é importante procurar explicitar, de modo geral, o significado desta região para os paises que a compõem. Embora sua extensão territorial seja bem diferente para cada um dos países, praticamente todos eles adotaram no passado, recentes políticas territoriais semelhantes como: incentivo à colonização, com estímulo à migração, abertura de estradas para viabilizar a implantação de atividades agropecuárias e valorização das terras e exploração de seus recursos naturais (minerais e vegetais). Os projetos para a Amazônia, sempre de grande porte e envolvendo milhões de dólares, milhares de trabalhadores, milhares de quilômetros de rodovias, milhares de hectares de terra, tiveram a participação dos Estados-

nacionais e de grandes corporações multinacionais interessadas em extrair milhões de barris de petróleo, milhões de megawatts de energia dos rios com a construção de hidrelétricas, milhões de toneladas de ferro, bauxita, manganês, ouro e outros minérios.

Destes projetos surgiram cidades para serem o suporte destas atividades que, por serem rigorosamente controlada pelas corporações responsáveis pela exploração mineral, possuem caracteristicas bem distintas das cidades amazônicas. Receberam, por conseqüência, o nome de *company town*.

O sistema de circulação é considerado pela Geopolítica como estratégico no controle de territórios. A partir dele é possível criar uma rede atingindo lugares remotos; mobilizar contingente para áreas dispersas; e irradiar as linhas de comunicação a partir do centro do poder. O sistema de circulação foi considerado pelos geopolíticos clássicos como o "sistema nervoso" do Estado.

O mapa abaixo mostra como o pensamento geopolítico brasileiro idealizou, há alguns anos atrás, durante o regime militar, a integração rodoviária a partir do Brasil com os outros países. Na verdade, deve-se recordar que se pela vertente atlântica o Brasil possui uma hegemonia completa, é totalmente dependente dos outros países para atingir o oceano pacífico. Justamente por isso, é que o Brasil vem, nos dias atuais, estimulando e mesmo financiando obras rodoviárias para chegar ao outro lado do continente.



MAPA 5: Sistema Rodoviário Planejado.
Fonte: MATOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade.

A construção de rodovias na Amazônia Continental foi considerada por todos os Estados-nacionais o primeiro momento da ação de intervenção, visto que permitiria, simultaneamente, uma articulação viária entre as regiões centrais e a sua porção amazônica, e a possibilidade de mobilizar, transferir, circular produtos oriundos da exploração mineral e vegetal da floresta e levar populações para adensar a região. Permitiu, do mesmo modo, a ampliação das relações comerciais dos centros mais dinâmicos, visto que

a Amazônia passou a se constituir num novo mercado para produtos das regiões industriais.

A implantação dessa modalidade de transporte na Amazônia vai modificar substancialmente as relações sociais nos lugares atingidos por ela. Não resta dúvida que o impacto da chegada de rodovias em lugares que, até então eram atendidos somente por via fluvial, altera a direção e a intensidade dos fluxos, bem como produz uma reorganização do espaço urbano-regional na medida em que, tendencialmente, as cidades passam a crescer, expandir-se em direção à rodovia, e não mais ao longo das margens dos rios, e a conecta mais rapidamente com outros núcleos urbanos. Isto altera a percepção de tempo, que, se anteriormente era contabilizado em dias, agora passa a ser em horas.

No **Brasil**, pode-se afirmar que a abertura de estradas na Região Amazônica foi o grande desafio do regime militar. Ávido por integrar esta região ao restante do país a qualquer preço, sob o temor da invasão ou da perda territorial, e sob o lema "integrar para não entregar", o estado brasileiro, em primeiro lugar, ligou o centro do poder, Brasília, na década de 1960, a Belém; começou a construir a rodovia Transamazônica, com mais de quatro mil quilômetros, no sentido Leste-Oeste, e hoje possui centenas de quilômetros intransitáveis; construiu integralmente a rodovia ligando Cuiabá a Rio Branco, no sentido Sudoeste-Noroeste, passando pelo estado de Rondônia, que concentrou vários projetos de colonização oficial às suas margens; ligou a cidade de Porto Velho a Manaus e esta a Boa Vista, no sentido Norte-Sul. Além desta, havia um outro grande projeto rodoviário denominado Perimetral Norte, que sairia de Macapá em direção a Boa Vista, daí em direção a Tabatinga e encerrando em Cruzeiro do Sul no Acre (ver mapa). Com esta malha praticamente 'fechava-se' a região.

Na **Bolívia**, está em curso a construção do corredor Norte, que objetiva articular as cidades amazônicas de Trinidad, Cobija, Riberalta e Guayaramerim ao restante do território nacional boliviano. Na verdade, a ligação existente não permite que o tráfego seja regular ao longo de todo o ano em virtude do período chuvoso que interrompe as ligações.

Na **Colômbia**, do mesmo modo, a cidade de Florência, no departamento de Caquetá, Mocoa, no Putumayo e Villavicencio, em Meta, aparecem como ponto de partida para rodovias na Amazônia Colombiana. As cidades de Letícia e Mitu, ainda são dependentes do transporte fluvial e aéreo.

No **Peru**, a busca em conectar a Amazônia não é diferente. Cidades como Puerto Maldonado e Pucallpa já apresentam ligações rodoviárias com a capital Lima e com o Norte do Brasil. O desafio maior é integrar a cidade de Iquitos.

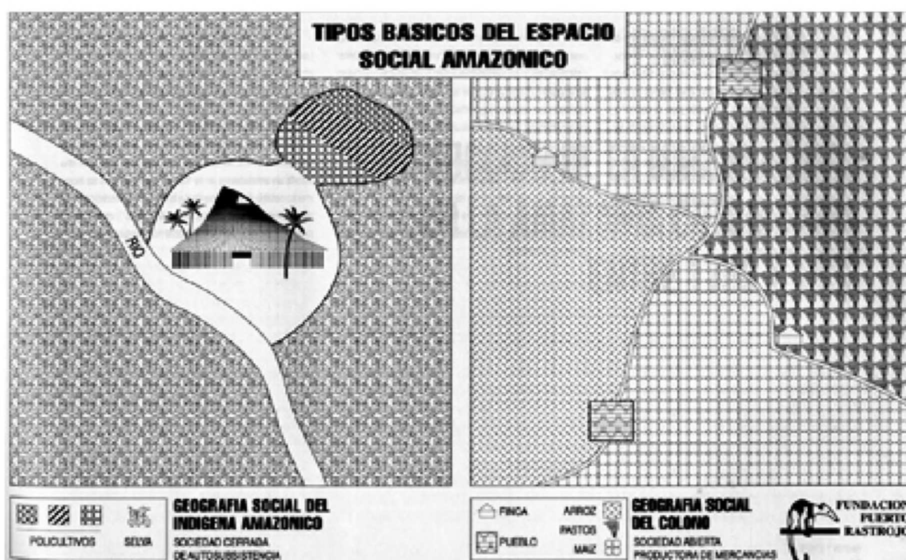


FIGURA 1: Tipos básicos do Espaço Amazônico.
Fonte: GOMEZ, A. e DOMINGUEZ, C. – Nacion e Etnias.

Em geral, essas ações de intervenção estatal geraram inúmeros conflitos, visto que a construção de rodovias é, antes de tudo, o principal caminho para o desmatamento na região; atigindo também as terras de populações indígenas e camponesas instaladas anteriormente, há centenas de anos. Na verdade, construiu-se outra geografia frente à geografia existente. A rodovia vai viabilizar a colonização, a ocupação, a migração para esta região, até então acessível somente por via fluvial. O modelo acima (figura 1) é uma demonstração do novo ordenamento espacial da Amazônia quando uma rodovia é implantada juntamente com um projeto de assentamento. Uma mudança da 'geografia do indígena para a geografia do colono'.

Num passado mais remoto, no final do século XIX, por exemplo, esta região foi palco de uma corrida sem precedentes para a exploração da borracha, cuja distribuição espacial das árvores praticamente coincide com a floresta. Os países que mais se envolveram foram o Brasil, a Bolívia, o Peru e a Colômbia, ocorrendo inclusive disputas territoriais pelas áreas produtoras. Mais precisamente, o Brasil conquista terras bolivianas e o Peru e a Colômbia envolvem-se num conflito na área conhecida hoje pela Colômbia como Trapézio Amazônico, no sul do país às margens do rio Amazonas.

O rio foi, sem dúvida, o principal vetor da corrida aos mais distantes pontos para a extração do látex. Companhias de navegação surgiram para transportar trabalhadores para os seringais e trazer de volta a produção da borracha. Extensas linhas de navegação foram instituídas ligando Belém, principal porto de exportação da borracha, até a cidade de Nauta e Iquitos, em território peruano. Outra linha de navegação ligava Belém até a atual cidade de Porto Velho, que era o ponto embarque da borracha extraída dos altos rios Madeira e Guaporé e Mamoré, já em território boliviano. Aliás,

é justamente a ampliação da produção de borracha que vai estimular a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, ligando Porto Velho à cidade de Guajará-Mirim, como alternativa para superar as corredeiras do rio Madeira.

Foi um momento de pujança econômica da região amazônica, que mobilizou braços e capitais, fortalecendo algumas cidades e gerando uma dinâmica comercial intensa. Iquitos, no Peru, Belém e Manaus, no Brasil, foram as cidades que exerceram uma centralização regional, irradiando fluxos para o interior amazônico, e colocando essas cidades no circuito internacional.

Pode-se dizer, que, este processo foi doloroso para diversos povos indígenas porque muitos deles foram forçados a extraírem borracha para os proprietários alterando completamente seus modos de vida. A relação de dependência instituída obrigava os índios a abandonarem a agricultura, caça ou pesca, para se abastecerem nos armazéns dos seringais. Este processo marcou muitos Witotos, índios da Colômbia, bem como os Ticuna, localizados na fronteira do Peru, Brasil e Colômbia.

A borracha era um monopólio natural da Amazônia, visto que só existia nesta região. Com a implantação de seringais de cultivo nas colônias inglesas localizadas na Ásia, a produção em larga escala forçou uma queda nos preços e levou à decadência a extração realizada na Amazônia.

Com isso ocorre uma nova reorganização do espaço regional, pois a desativação de inúmeros seringais forçou uma migração em direção às cidades. O novo impulso para a Amazônia é dado com a colonização. Daí as rodovias.

A colonização também foi marcante para os povos indígenas em toda Pan-Amazônia. Este processo resultou em conflitos diferenciados. Em primeiro lugar devemos indicar o conflito surgido a partir do próprio migrante e sua relação com

o meio natural. A colonização vai colocar homens oriundos de ambientes naturais diferentes, seja da região andina, com relevo, clima, vegetação e hidrografia próprios, seja da região de campos naturais do Sul do Brasil, para o interior da floresta amazônica. A percepção da floresta, deste novo meio natural para o colono não poderia deixar de causar um estranhamento, o que o levou à remoção da cobertura vegetal para realizar atividades agrícolas e pecuárias, incentivadas, inclusive pelos governos dos diversos países.

O colono não percebeu que a floresta era um lugar cujo significado cultural para os povos da Amazônia era bem distinto. Não percebeu que a floresta poderia fornecer alimentos e remédios.

O segundo conflito foi justamente com os habitantes tradicionais da região, índios ou ribeirinhos. Ambos tiveram suas terras ocupadas pelo processo de colonização oficial, liderado por institutos de colonização, ou mesmo a partir do processo de apropriação ilegal, muito comum no Sul da Amazônia Brasileira, no Estado do Pará. A descoberta de minérios, do mesmo modo, detonou um processo desenfreado de migração de garimpeiros em busca do ouro e de grandes corporações para extração de petróleo na Amazônia equatoriana, colombiana e brasileira.

A colonização, embora tenha sido implantada com o objetivo de levar populações para a zona rural da Amazônia, não gerou este efeito, visto que a migração para as cidades fez com que o ritmo de crescimento destas fosse superior ao da zona rural. Este fenômeno foi chamado por alguns autores como "fronteira urbana". Na verdade, deve-se compreender que a sociedade, de um século atrás aos nossos dias, está passando por um processo de urbanização, com velocidades diferenciadas nos países. Assim, este fenômeno não deveria ter sido visto como surpresa também na Amazônia.

Do ponto de vista da geopolítica interna de cada país, a região é periférica em diversos sentidos, ou seja, espacialmente, encontra-se distante das capitais nacionais, e no caso do Brasil este distanciamento é muito maior. Sendo fronteira externa, exige ações de vigilância. É periférica também naquilo que diz respeito à economia nacional, pois nenhuma das Amazônias abriga um percentual significativo do produto interno. Do mesmo modo, a região é aquela que apresenta a mais baixa densidade demográfica, o que para alguns chefes de estado sempre significou uma fragilidade territorial. Vejamos a atual participação da população da Amazônia nos países: na Bolívia, 9,73% está na Amazônia; Brasil, 11,85%; Colômbia, 2,58%; Equador, 4,51%; Peru, 14,06%; Venezuela, 0,46% (ARAGON, 2005). Embora a totalidade (100%) da população da Guiana Francesa, da Guiana e do Suriname, tenha sido considerada amazônica pela referência citada, é importante assinalar, porém, que os maiores núcleos populacionais destes países estão situados na costa atlântica, que, rigorosamente, não apresenta um ecossistema amazônico. A tabela a seguir dá um panorama mais preciso de cada país na Amazônia Continental:

TABELA 9: População na Amazônia Continental.

Dados País	Área Amazônica	Percentagem Área do País	Percentagem Área Amazônica	População Área Amazônica	Densidade Demográfica	Percentagem População do País
Brasil	5.034.740	59,12%	67,76%	20.129.685	4,0	11,85%
Peru	759.057	59,06%	10,21%	3.872.120	5,1	14,06%
Colômbia	477.274	41,91%	6,42%	1.130.295	2,4	2,58%
Equador	256.730	45,08%	1,56%	548.419	4,7	4,51%
Bolívia	398.000	36,23%	5,36%	805.101	2,0	2,88%
Guiana	214.999	100%	2,89%	742.041	3,4	100%
Venezuela	183.500	20.02%	2,47%	113.722	0,6	0,46%
Suriname	163.470	100%	2,20%	481.146	2,9	100%
Guiana Francesa	84.000	100%	1,13%	157.213	1,9	100%

Fonte: ARAGON, L. (org.)- Populações da Pan-Amazônia.

Por isso mesmo que para aqueles primeiros países houve o incentivo à ocupação, à migração, à idéia de vivificar as fronteiras. Isto fez surgir expressões como 'andinização da Amazônia', como referência à migração da população andina para a Amazônia Colombiana, e 'paulista' ou 'gaúcho', para o migrante branco vindo do sul do Brasil para a Amazônia. Este baixo percentual da população amazônica impede também uma maior representação no parlamento nacional.

Enfim, a 'condição periférica' também resulta na incapacidade de definir políticas territoriais próprias, e foi vista, por isso mesmo, durante muito tempo como uma fronteira econômica, fronteira agrícola, fronteira mineral, isto é, uma região que deveria ser colonizada, incorporada ao restante do Estado-Nacional.

Politicamente, uma unidade territorial vem sendo construída há anos através dos acordos, negociações e reuniões do Tratado de Cooperação Amazônica que procura torná-la **centro** de decisões de ações políticas para esta região. Esta condição de centralidade pode ser a oportunidade de estabelecer relações multilaterais que favoreça em conjunto o bloco amazônico.

A Geopolítica, como foi dito acima, procura estabelecer as relações existentes entre o poder e o território nacional correspondente. No entanto, estas relações não podem ser pensadas apenas no nível externo, com outros países, mas o nível interno também isto aparece de maneira muito clara nas políticas executadas sobre o território. Definir a localização de empreendimentos estatais; direções nas linhas de transporte e comunicação; políticas de fronteira, ocupação territorial, exploração dos recursos naturais, etc.

Fazendo uma análise de cada um dos países amazônicos, pode-se identificar peculiaridades que os tornam

importantes diante de determinadas conjunturas internacionais. Senão vejamos:

A formação territorial do **Brasil** foi condicionada pelo processo de colonização, que implicava em estar voltada para o exterior. Daí o vinculo com o litoral, com a costa atlântica. Os núcleos de povoamento, os empreendimentos econômicos, os fluxos entre os lugares permaneceram por muito tempo associados ao litoral. A interiorização começa a ocorrer com a descoberta e exploração mineral no século XVIII, para voltar-se, posteriormente, ao litoral no século XIX e XX. Só em meados do século XX, com a transferência da capital – do Rio de Janeiro, para Brasília – é que se institui uma política territorial voltada à incorporar a Amazônia ao território nacional. É importante salientar que no período colonial o território amazônico estava submetido a outra política metropolitana, diferente do Brasil. A Amazônia fazia parte do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Não era o Brasil.

Somente após a independência do Brasil é que esta região passou a ser incorporada, sendo vista poré,m como fundo territorial. Ganha atenção do Estado brasileiro no período da borracha, em vista da forte contribuição fiscal para o país, perdendo apenas para o sudeste com o café. Com a decadência daquela atividade, o Brasil planeja ações de recuperação econômica, que no fundo, só vão ter êxito na década de 1960. A partir daí a Amazônia passou a ser uma prioridade nacional, sendo a região que apresentou os maiores índices de crescimento econômico e populacional nas décadas de 1970-80.

Numa visão geral da América do Sul, a **Bolívia** é considerado um país mediterrâneo, ou seja, não possui saída para o mar. Isto, de certa maneira, causa uma dependência de outros paises para poder ter acesso ao mar e fazer circular seus produtos e receber mercadorias. Por conta desta

condição, a Bolívia foi um país que recebeu forte influência ora da Argentina ora do Brasil, pois ambos tinham o objetivo de atraí–lo para sua órbita.

A Bolívia é um importante país da Região Amazônica, visto que apresenta mais de um terço de seu território compondo esta região. Este país usa a denominação de Departamento para as entidades territoriais da divisão política. Dos nove Departamentos que compõem o país, cinco deles fazem parte da Amazônia. Beni e Pando são os departamentos que estão integralmente na Amazônia, fazendo fronteira com o Brasil. Ainda faz parte da Amazônia Boliviana parte dos Departamentos de La Paz, onde fica a capital do país; Cochabamba; e Santa Cruz. No total, são 52 municípios que estão na Amazônia Boliviana, ocupando uma superfície de 398.000km^2, e abrigando um total pouco superior a 800.000 habitantes. É importante destacar que há certo equilíbrio na distribuição entre população urbana e rural na Amazônia Boliviana, pois 415 mil estão nas cidades e 390 mil residem na zona rural. As principais cidades desta região são Trinidad, às margens do rio Mamoré, que possui uma população de 75 mil habitantes; Riberalta, na confluência dos rios Madre de Dios e rio Beni, com 65 mil habitantes; Guayaramerin, na fronteira com o Brasil, com 33 mil habitantes; Mineros, com 27 mil habitantes; e Cobija, às margens do rio Acre com 20 mil habitantes. Historicamente o extrativismo dominou as atividades econômicas destas cidades. A exploração da borracha foi, sem dúvida, o que marcou esta área, que culminou com a disputa territorial com o Brasil. Na atualidade, a exploração madeireira ainda movimenta a economia regional.

A **Colômbia** tem, ultimamente, recebido uma maior atenção das agências internacionais de comunicação em virtude do conflito interno que envolve grupos guerrilheiros

das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e paramilitares de extrema direita denominados Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), com forte polarização ideológica. O primeiro grupo fez da região amazônica seu principal local de atividades, o que tem forçado os países fronteiriços a definirem novas linhas de ação nessas áreas. A AUC tem uma atuação territorial na costa atlântica. Além disso, a questão dos cartéis de droga é algo que mobiliza boa parte da economia colombiana.

Dos departamentos amazônicos, Caquetá, Putumayo e Guaviare foram os primeiros a serem atingidos pela onda colonizadora, pois estão mais próximo, do centro do poder, a capital Bogotá. Florência, Mocoa e San Jose del Guaviare catalizaram as principais ações, por serem as sedes dos departamentos. Estradas, órgãos de representação do estado colombiano e missões religiosas compuseram as estratégias para consolidar a presença estatal.

Os rios Putumayo, Caquetá, Apaporis e Vaupés, correndo em direção ao interior da floresta, viabilizou a penetração missionária que vai se apoiar nos postos militares instalados na fronteira.

A extração dos recursos naturais (madeira, peles, fibras), como regra geral na Amazônia, comandou o processo de colonização. As grandes firmas de exploração da borracha, no final do século XIX, como a Casa Arana, de Iquitos no Peru, conseguiu monopolizar o comércio deste produto no sul colombiano.

Posteriormente, um processo de divisões político-administrativas, precipitado com o conflito na fronteira com o Peru, criou em 1928, a comissária do Amazonas, desmembrada de Cauca. A cidade de Letícia, às margens do rio Amazonas, principal enclave geopolítico do extremo sul colombiano, região conhecida como Trapézio Amazônico, foi

disputada entre peruanos e colombianos. No Norte da Colômbia, é a comissária de Vaupés, criada em 1910, que tem por principal núcleo de povoamento a localidade de Mitu, que cumpre o papel de posto avançado na fronteira com o Brasil. Ambas comissárias ganharam na constituição de 1991, o estatuto de Departamentos do Estado Colombiano.

A **Venezuela** é fortemente centralizada em torno de sua capital, Caracas, onde concentra a maior densidade populacional e das atividades econômicas, principalmente a atividade petroleira. Apresenta, como conseqüência, uma grande disparidade regional. Porém, a grande questão territorial deste país é uma antiga reivindicação sobre mais de 50% da superfície territorial (região de Essequibo) de sua vizinha, a Guiana. Praticamente em todos os mapas divulgados na Venezuela, aparece uma área da Guiana com a inscrição "zona em reclamacion", simbolizando uma imagem do país. Quanto à sua Amazônia, deve-se assinalar que este país sempre deu pouca atenção ao pequeno território amazônico situado no sul. Com ligação rodoviária recente e precária, a Amazônia ainda busca algum dinamismo econômico na exploração dos recursos naturais.

O **Peru** é o país de maior percentual de população amazônica. Tem um histórico de formação territorial que terminou por concentrar populações e atividades econômicas na costa do Pacífico, onde está a capital Lima. Historicamente, enfrentou disputas territoriais com outros países vizinhos. O episódio mais recente foi com o Equador, que teve por mediador o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

O departamento de Loreto, é, por excelência, o principal departamento amazônico. Sua capital Iquitos, é o ponto de articulação de toda esta região. Tem sido, na verdade, um ponto de contato e de emissão de migrantes para o extremo

norte brasileiro. O governo tem estimulado uma forte campanha migratória para a fronteira com o Brasil, assentando colonos no longo do rio Javari. Há também uma migração que se dirige para as cidades brasileiras de Benjamin Constant e Tabatinga, no Amazonas. Deve-se salientar que entre estes migrantes, que a Polícia Federal do Brasil estima em 15 mil, estão muitos médicos que prestam serviços à inúmeras cidades brasileiras da calha do rio Amazonas. A extração de madeira é a atividade que assegura o dinamismo econômico da região.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA CONTINENTAL

DISCUTINDO O CONCEITO DE FRONTEIRA

A origem da palavra fronteira é "derivada do antigo latim 'fronteria' ou 'frontaria', e indicava inicialmente a parte do território situado "in fronte", ou seja, nas margens, consignando portanto uma qualidade e não uma entidade. Michel Foucher, mais recentemente, vai dizer que a origem do nome fronteira deriva de front, *la ligne de front*, ou seja, da guerra. E isto termina sendo muito significativo para compreender a fronteira na Amazônia Continental, em virtude dos diversos conflitos envolvendo a posse da terra, e mais recentemente a extração de minérios, a colonização, a abertura de estradas, a guerrilha, tráfico, etc. Posteriormente a palavra ganhou o significado de divisão entre Estados-Nacionais, sendo, portanto, um conceito também associado à política, ao poder.

No Brasil, o conceito de fronteira, até meados do século XX, era eminentemente político, designando apenas, como dito acima, a linha divisória entre países. A influência européia, francesa principalmente, não dava margens para se pensar num outro significado senão o político. Certamente não poderia ser diferente porque na Europa o conceito de fronteira como conquista de novas terras para colonizar, dificilmente seria estabelecido em virtude da ocupação por inúmeros povos com territórios definidos ou mesmo em disputa há vários séculos. Para eles, os europeus, a fronteira

a ser rompida era o mar, como foi efetivado primeiro com as navegações e depois com a incorporação dos territórios coloniais.

A partir da década de 50, com Getúlio Vargas na presidência do Brasil, surgiu um indicativo no sentido de uma conquista mais efetiva das terras do Oeste brasileiro. A sua intenção era fazer coincidir o espaço econômico, ou seja, as áreas mais dinâmicas, mais densas, do território brasileiro, com o espaço político, a superfície do território.

Poucos anos antes, um americano em viagem pela Amazônia falava desta região como uma *frontier*, no sentido de conquista de terras. Não poderia ser diferente dada a experiência em seu país da conquista do Oeste americano. Desta forma, a Amazônia começava a ser definida como uma fronteira do ponto de vista econômico, rótulo que perdura até os dias atuais.

A expressão fronteira passou a ter basicamente estes dois significados, embora o sentido político seja mais popular e o outro servindo mais para deleite acadêmico. Em língua inglesa há uma distinção bem nítida, pois usa-se "frontier" para designar a conquista de novas terras e "boundary" para o limite entre dois países e border/borderline para o traço definidor das jurisdições.

Como a validade dos conceitos é histórica e sua adaptação decorre das mudanças produzidas pelo movimento da sociedade, portanto um processo, o conceito de fronteira política nos últimos anos, vem sendo posto em questão justamente pela pressão exercida pela economia, que força a liberdade de movimento de determinados fatores, principalmente mercadorias e capitais. Argumenta-se que isto seria o resultado das mudanças inerentes ao próprio Estado-nacional para ajustar-se ao mundo globalizado. O "fim das fronteiras" atenderia assim aos objetivos da produção e da

circulação realizados por grandes corporações presentes em diversos países do mundo, tirando de cada um deles pequenas ou grandes vantagens comparativas frente a outros lugares.

Classificada de diversas maneiras, a fronteira, dependendo de como se relaciona com o outro lado e também com o seu interior, é comumente percebida de modo negativo. Resultado de sua construção histórica como divisor de soberanias; de disputa de poder; defesa do território do Estado-nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos e até mesmo de sua 'produção', a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados. Imagem cada vez mais próxima do real quanto mais fechado for o Estado-Nação. Porém, esta visão é predominantemente uma visão do Estado e da sociedade que não pertence a ela, que não está na 'borda', mas no interior, pois a fronteira para o Estado é *fronteira controlada*, para a sociedade do interior é uma *fronteira percebida*, e para a sociedade que está na fronteira é uma *fronteira vivida*.

A *fronteira controlada* aparece representada sob a forma de atuação dos inúmeros órgãos do Estado-nacional constituídos para vigiar o trânsito entre o exterior e o interior do Estado. Geralmente mobiliza uma grande quantidade de funcionários militares e civis. Os primeiros, como verdadeiros protetores do patrimônio territorial nacional, guardam terra, mar e ar. Os segundos, atuam em diversos setores da administração pública, em que o núcleo do poder encarrega-se de elaborar as políticas a serem executadas nas áreas fronteiriças. Temos assim, o controle da entrada e da saída de pessoas; o controle sanitário de pessoas e animais; e o

controle de entrada e saída de mercadorias, livres ou não de tributação.

A *fronteira percebida* resulta de uma imagem construída no interior do Estado-nacional sobre esta zona, seu aspecto aparente. Ela é, antes de tudo, vista. Vista como um lugar que abriga contravenções; um lugar prenhe de ilegalidades; um lugar em que todos são suspeitos, enfim, um lugar que serve de escape e refúgio àqueles que infringem normas das instituições estatais. Daí a pressão das áreas centrais sobre o Estado, exigindo o controle e a vigilância das fronteiras, pois é por ela que passam, ingressam no país, diversas mazelas.

Por último, a *fronteira vivida*. Esta não é apenas a fronteira viva da qual falava Camille Vallaux. Mais que isso, significa partir da própria coisa, da fronteira em si; significa captar a compreensão e o relacionamento que os habitantes deste lugar possuem com o mesmo. Incorporando esta condição particular ao seu cotidiano, vivenciando a condição fronteiriça nos seus mais variados aspectos- lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputa, amor, reconhecendo que o outro lado 'tem outra lei', podemos afirmar que esta fronteira é capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças, merecendo, assim, do Estado-nacional ações derivadas daquele relacionamento.

Limite do território nacional, a fronteira pressupõe um centro de controle, que pode ser geográfico ou não, de onde partem as ordens, na forma de políticas que variam em virtude do relacionamento que se estabelece com o vizinho. Tais políticas podem ter um sentido de estreitamento de relações, exigindo uma menor vigilância por parte do Estado no que diz respeito à segurança do território, ou ao contrário, quando fortificações militares são estabelecidas para garantir o patrimônio territorial. Aqui é importante destacar, antecipadamente, a extensão territorial do Estado-nacional,

pois como afirma Paul Claval (1979), é difícil uma política econômica num Estado pequeno não interferir no seu vizinho.

Observa-se, assim, que a fronteira não pode ser pensada como um dado absoluto, pois mesmo sendo percebida como "periferia" do Estado-nacional, a sua essência só pode ser apreendida a partir dela e da relação que mantém com outros espaços, não apenas o exterior a ela como também com os espaços interiores do Estado-nacional.

Para Camille Vallaux (1914), as fronteiras seriam vivas ou mortas, e não simplesmente naturais e artificiais, sendo definidas a partir basicamente da densidade de povoamento e das relações de intercâmbio. Haveria ainda, para ele, uma situação intermediária denominada de fronteira esboçad,a pelo fato de estar passando por um processo de amadurecimento.

Porém, a idéia de fronteiras vivas tem por objetivo muito mais a defesa territorial, a formação de um 'cordão de isolamento', ou seja, é o Estado que procura usar a sociedade, o povo, para assegurar territórios. Esta concepção foi claramente posta em prática em toda a Amazônia Continental, na medida em que os países estimularam a migração e a colonização desta região. Talvez Vallaux quisesse distinguir-se da concepção orgânica de Friedrich Ratzel (1897), uma vez que foram as reflexões pioneiras deste que instigaram todos os pensadores posteriores. Afinal, foi Ratzel quem instituiu a idéia de fronteira como órgão periférico do corpo do Estado, sendo estas zonas as expressões do movimento dos povos. Uma observação mais atenta apontará a semelhança de ambos, pois concebiam um sentido evolutivo na história das mesmas.

As concepções de Ratzel farão discípulos por todos os lugares, principalmente na Alemanha, pois dava margem a justificativas expansionistas deste Estado. Basta ver a

classificação de fronteira criada por um assessor de Adolf Hitler, Karl Haushofer: fronteira de ataque, de manobra, de equilíbrio, de defesa, de decadência e de apatia.

As reações a estas idéias surgem na França com Jacques Ancel, que procurava se contrapor ao legado deixado por Ratzel. Vai buscar na história os fundamentos desta, colocando que durante a Idade Média a fronteira não é senão uma ficção, e somente com a revolução francesa, com o surgimento de um 'espírito de fronteira', com a unificação nacional, é que surgirá uma exigência de se conhecer os limites, de se "fazer uma fronteira". Ancel ainda vai argumentar que a fronteira física é uma ilusão enquanto a antropogeográfica é uma realidade, contrariando a idéia que Ratzel fazia dos rios como que predestinados a servirem de linha de fronteira.

Colocando lado a lado limites e fronteiras e, apontando que em todas as fases de nossa vida nos deparamos com estas noções, Raffestin indica que ambas são sinais e, sendo assim, carregam uma informação. Uma fronteira estabelecida asseguraria o exercício de funções, que ele divide em legal, quando dizem respeito a instituições e normas jurídicas de uma sociedade política; de controle, quando inspecionam a circulação de homens e mercadorias; e a fiscal, que funcionam como instrumentos de política econômica. Tais funcionalizações são, segundo o autor, determinadas pelas modificações socioeconômicas ou sociopolíticas, afetando não apenas o território, mas também o tempo social.

De modo simples, porém, bastante esclarecedor, Guhl (1991), estudioso da formação das fronteiras colombianas, observa que a fronteira é vista de modo diferente pelo colono, pelo capitalista estrangeiro, pelo geógrafo ou pelo político; e o militar a avalia de modo diferente do contrabandista ou do patriota de boa fé; mas todos estes pontos de vista são forças

ativas, de diferentes intensidades que influem sobre o espaço e suas fronteiras políticas de acordo com o tempo.

Enfim, num trabalho mais recente, Michel Foucher, talvez diante dos acontecimentos que pode vivenciar na Europa do final da década de 1980, na advertência que faz à segunda edição de sua principal obra, aponta uma característica para a fronteira cujo caráter de subjetividade demonstra o sentido da fronteira vivida. Mostra que com a queda do muro de Berlim, o que era uma "fronteira triste", marcada pela divisão de um país, passou a ser uma "fronteira alegre" após a unificação.

Procurando explicitar o retorno às academias do termo Geopolítica, Foucher diz que os geógrafos sempre tiveram dificuldade em articular o espaço e a política de maneira objetiva, assim como o exercício do poder implica sempre delimitação de sua área de aplicação. Nesse sentido, a geopolítica como prática espacial, referida aos empreendimentos políticos, indicaria que a decisão de traçar ou subverter uma fronteira seria uma ação eminentemente geopolítica.

Foucher também procura destacar que a fronteira é uma descontinuidade geopolítica que possui uma função real de limitação da soberania; uma função simbólica de designar o pertencimento a uma comunidade; e uma função imaginária que conota uma relação com o outro, o vizinho, com sua própria história e seus mitos fundadores. Quanto à qualidade de uma fronteira, assinala, do mesmo modo que Ancel, que não há boa ou má fronteira, discordando ainda da idéia de que 'fronteira boa é fronteira morta'. Na sua concepção, a principal qualidade de uma fronteira está no fato desta ser reconhecida como legítima por ambos os lados num determinado momento histórico. Aprofundando a questão, afirma que mais importante que o estudo das linhas fronteiriças em si, é a

compreensão do processo político, da estratégia dos atores, estatais ou não, sobre estes confins. Nisto aproxima-se de Zientara quando este afirma que os pressupostos da fronteira são muito mais sociais que geográficos. Quanto a isto é plenamente identificado nas situações de cidades gêmeas situadas nas fronteiras entre os países amazônicos.

Se do ponto de vista político o conceito de fronteira, em que se exalta a fronteira externa, apresenta uma grande variedade, como acabamos de ver, a incorporação de uma análise de caráter econômico, onde o destaque é para a 'fronteira interna', só veio acrescentar mais uma série de tipos de fronteira, tornando-o um conceito ainda mais elástico.

É a partir da obra de F. Turner sobre a expansão americana para o oeste que a noção de fronteira econômica se estabeleceu, servindo de referência para inúmeros outros estudos sobre a expansão territorial interna de diversos Estados-nacionais.

Num breve resumo da obra daquele autor americano, professor em Wisconsin, no final do século XIX, pode-se dizer que, segundo ele, a fronteira aparece como o limite da zona povoada; é o ponto de encontro entre a "civilização e os selvagens". Afirmava, também, que a fronteira, enquanto significado de terras livres a serem ocupadas era o salvaguarda da democracia americana, servindo como 'válvula de escape' para as populações pobres do leste dos Estados Unidos e da Europa. Enfim, Turner buscava dar uma explicação para o papel que o avanço para o oeste teve no desenvolvimento norte americano.

No Brasil, a difusão maior dessa idéia de expansão da fronteira econômica começou na década de 1970 com as obras de Otávio Velho e José de Souza Martins. Não por acaso. É também quando o Estado brasileiro começou a colocar em prática uma ação maior na Amazônia.

Estudando os fenômenos decorrentes da abertura da rodovia Transamazônica, mais precisamente na região de Marabá, Velho (1972) aponta para o incremento demográfico como sendo um indício da frente de expansão. Esta, segundo ele, seria o resultado do conjunto de atividades denominadas de "frente pastoril, frente extrativa, frente agrícola, e frente mineradora".

Quase que simultaneamente ao trabalho de Velho, surge o trabalho de José de Souza Martins (1975) para propor os conceitos de frente de expansão e a frente pioneira. Para este autor, a frente pioneira aparece como "um movimento social cujo resultado é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica". Empenhado em analisar a penetração do capitalismo no campo brasileiro, Martins vai diferenciar a "frente de expansão", caracterizada pelo uso privado das terras devolutas, que tem no posseiro ou ocupante sua figura central, da "frente pioneira", que aparece como empreendimento econômico, em que a terra é comprada e não ocupada.

Ainda na década de 70 encontra-se o trabalho da geógrafa Berta Becker (1972), cujo objetivo é discutir o papel da Região Amazônica na estrutura espacial do país, tomando por base a teoria do desenvolvimento polarizado, apesar das restrições que faz a ela. Localizada *à margem* (grifos nossos) do sistema espacial nacional, segundo a autora, o primeiro passo para a integração à estrutura espacial da Amazônia deu-se com a implantação de rodovias "captando a fímbria da hiléia para a órbita do 'centro' ". Um segundo passo, seria reforçar a presença brasileira em 'sua Amazônia', visto que outros países amazônicos, por terem seus centros mais próximos de suas respectivas Amazônias, já estariam afinando a integração; enfim, a valorização da Amazônia brasileira ganha a partir daí

uma nova percepção, sendo vista como região de imensas possibilidades, verdadeira "fronteira de recursos", definidas, por sua vez, "como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo, tendo por característica fundamental a distância em relação aos centros de população".

Estes três autores, basicamente, vão marcar profundamente os estudos posteriores sobre a Amazônia, cada um deles tomando aspectos diversos das mudanças ocorridas, seja do ponto de vista cultural, social ou geográfico, abordando, assim, os conflitos decorrentes da ação governamental na região.

A continuidade da ação estatal ao longo dos anos 80, através dos vários projetos; a corrente migratória em pleno vapor, fazendo surgir cidades e ampliando as existentes; florestas dando lugar à agricultura e pecuária, trazendo à tona a questão ecológica; e a explosão de conflitos envolvendo os mais variados grupos sociais, deu certo 'encantamento' ao tema da "Amazônia como região de fronteira econômica", como se a mesma pudesse ser explicada somente a partir dos conflitos.

Vê-se então que, do mesmo modo que o conceito de fronteira política recebeu significações diversas, a Amazônia, definida como região de fronteira, também abrigou inúmeras qualificações como fronteira agrícola, fronteira mineral. Acreditamos que essa vulgarização de termos mais dificultou que facilitou a compreensão da região e sua articulação com o território nacional. Noção construída de fora, nunca se soube dentre diversas publicações na Amazônia de algum autor que se colocasse ou se visse numa região de fronteira. Além disso, não é comum entre a população regional fazer-se referência que "estamos numa região de fronteira econômica". Quando a expressão aparece, sua referência é sempre ao significado

político. No entanto, percebe-se que não houve resistência à tentação de se adotar este conceito, que parecia explicar tudo. Praticamente virou um dogma.

Como partimos de uma referência teórica que privilegia a noção de espaço relacional, e dentro deste marco os lugares aparecem um em relação ao outro, a idéia de fronteira e de periferia perde sentido, pois cada lugar aparece como centrado em si. O estímulo para esta reflexão tomou por base autores como Moles e Rohmer, que discutem a existência de dois sistemas filosóficos essenciais para a concepção de espaço, cada um nos propondo um quadro de referência: uma filosofia da centralidade, e o seu oposto, a filosofia da extensão cartesiana. O primeiro conceito procura romper com a idéia de mundo em 'forma de sino', ou piramidal - que a economia difundiu como centro e periferia- colocando o ser no centro do mundo, e o segundo destaca o mundo contemplado por um observador imparcial e que não o habita, está fora dele, só observa, estabelecendo eixos de coordenadas para medi-lo.

Deste modo, uma análise da Amazônia que parta dela própria, que vá na contramão dessa caracterização hegemônica de região de fronteira econômica, de fundo territorial, de fronteira de expansão, de região a ser colonizada, ocupada, e até explorada, deve exigir uma compreensão cuja origem seja primeiramente, a região em si, a percepção dela própria por seus habitantes para em seguida abrir-se o leque das temáticas e colocá-la na relação com outros lugares. Isto porque o conceito de fronteira econômica, além de dificultar uma leitura de mão dupla, do ver e do ser visto, reforçando a idéia da existência de uma centralidade dominante, ela carrega, em geral, um significado desagradável, pejorativo, dado, regra geral, por quem está no 'centro', e que termina sendo transferido à sua população, pois

a Amazônia sempre foi mais vista como Natureza do que como Sociedade.

TRAÇANDO FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA CONTINENTAL

Pudemos observar na discussão teórica sobre o conceito de fronteira, a forte relação entre espaço e poder. Qualquer que seja a tipologia utilizada para caracterizar uma condição fronteiriça, isto implica num embate entre dois ou mais atores. É importante dizer que a colonização da América por espanhóis e portugueses foi realizada sobre organizações sociais já estabelecidas que possuíam e reconheciam limites territoriais instituídos entre eles.

A primeira fronteira formalmente instituída na Amazônia Continental por Estados-nacionais, foi a conhecida linha do Tratado de Tordesilhas que, em 1497 dividiu a região entre Portugal e Espanha, ficando esta última com a quase totalidade da mesma. Foram os avanços dos portugueses a partir de Belém que empurraram este marco para o Oeste, e em 1750, quando da celebração do Tratado de Madrid, a fronteira na Amazônia apresentava uma forma bem distinta. Além dessa delimitação entre os reinos de Portugal e Espanha, cada um deles instituiu internamente entidades territoriais para o exercício do controle social. Vice-Reinos, Audiências e Capitanias eram a expressão territorial e a representação do poder dos países ibéricos.



MAPA 6: Vice-Reinos da América Espanhola.
Fonte: Mota e Braick. História – Das Cavernas ao Terceiro Milênio.
Legenda: 1) Limite entre as colônias espanholas e portuguesas no começo de siglo XVIII; 2) Tratado de Madrid de 1750, retificado em 1777; 3) Limites administrativos coloniais; 4) Expansão dos "bandeirantes"; 5) Rotas do comércio marítimo; 6) Portos habilitados para o comércio com a metrópole; 7) Território das missões jesuítas.

Esses limites, praticamente sem alterações, foram herdados pelos países que saíram da dependência metropolitana. Enquanto no Brasil a constituição do Império conseguiu manter uma unidade territorial, do lado espanhol,

o surgimento de movimentos regionalistas conduziram à fragmentação do território, dando origem aos atuais países. À margem desse processo, França, Inglaterra e Holanda conseguiram manter suas colônias.

A América espanhola estava dividida em Vice -Reino da Nova Espanha, Vice-Reino do Rio da Prata, Vice-Reino de Nova Granada, Vice-Reino do Peru, e posteriormente foram criadas capitanias como as capitanias do Chile e Capitania de Caracas. Os movimentos pela independência começaram a se desencadear com mais contundência no início do século XIX, quando já existia uma formação social consolidada, com raízes americanas, os criollos. Era necessário que existissem condições de semelhança, de identidade em toda a região para o sucesso dos movimentos de independência. Estas condições foram dadas pelo sentimento de exploração imposto pela Espanha, visto que os principais cargos nas audiências e vice-reinos eram assumidos por espanhóis.

Os indígenas, sempre a maior parte da população em todos os vice-reinos, constituíam-se no grupo social que mais sofria com a exploração e domínio. Utilizados como mão de obra para inúmeros serviços, não demoraria muito uma reação por parte destes. No atual Peru, diversos levantes populares ocorreram no final do século XVIII, liderados pelo indígena Tupac amaru. A repressão espanhola não era menor, culminando com a captura e condenação à morte do líder indígena.

É evidente que havia grupos sociais com interesses divergentes ao ponto de a população no Norte do Peru ser favorável à emancipação, enquanto o Sul era contrário, havendo inclusive uma revolta promovida pelos senhores de escravos, pois estes não queriam a libertação dos mesmos. Neste processo, foi importante a liderança de San Martin.

A Bolívia pertencia ao Vice-Reino do Rio da Prata desde 1776. Posteriormente denominada de Alto Peru, passou por mudanças em sua divisão política, possuindo quatro governações: Potosi, Chuquisaca, Cochabamba, e La Paz; havia, ainda, duas províncias, a de Moxos e Chiquitos, que são disputadas depois pelo Brasil. A emergência dos movimentos regionalistas também afeta diversos segmentos sociais nesta região onde se destaca o papel do conhecido libertador das Américas, Simon Bolívar, e do general Sucre, percorrendo vários povoados e enfrentando a resistência espanhola em prol da libertação.

No Equador, os anseios pela independência não foram menores. Aí estava localizada a real audiência de Quito, criada em 1563, um dos principais pontos da representação do poder espanhol, e portanto, uma fortaleza no processo de reação aos movimentos autonomistas. Os indígenas, do mesmo modo que em outros lugares, era o grupo social majoritário e a igreja, embora poderosa, estava dividida diante da conjuntura política.

As divergências internas ao longo do processo de independência ficaram evidentes quando algumas províncias desejavam anexar-se à Colômbia, o que terminou por se concretizar, mas por apenas 8 anos.

A Colômbia é originária do Viice-Reino da Nova Granada, e é a partir deste vice-reino que será constituída a República da Gran-Colômbia em 1819, que na sua divisão político-administrativa abrigava os departamentos de Quito, Cudinamarca e Venezuela, antiga Capitania geral de Venezuela.

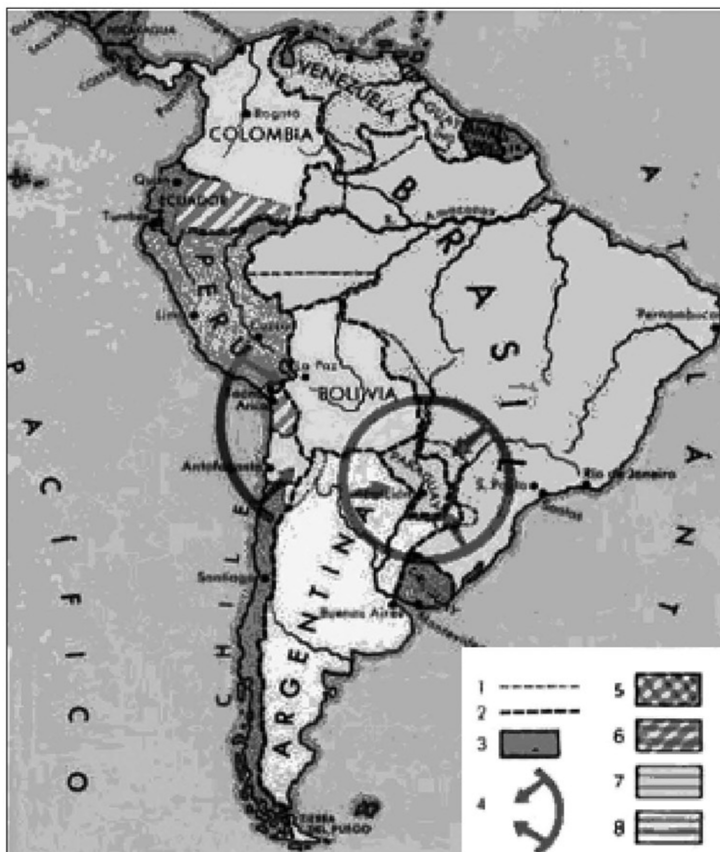
Esta união, no fundo o grande sonho de Simon Bolívar, que era a unificação das repúblicas, dura pouco, porque já em 1830, ocorreu um desmembramento por conta dos interesses regionais específicos com o surgimento de lideranças locais,

dando origem ao caudilhismo. Desta divisão são criadas as repúblicas da Venezuela, do Equador e da Colômbia. Entre estes dois últimos países são necessárias duas guerras para ajustar os limites fronteiriços. Com o Peru, manteve-se praticamente os mesmos limites dos vice-reinados de Santa Fé de Bogotá e Lima. Outra mudança territorial ocorreu após a morte de Simon Bolívar, em 1830, quando Pasto e Popayan incorporaram-se ao Equador.

Em todo este processo é importante compreender que a definição dos limites, em função de sua antiguidade, terminou ganhando a estabilidade e o reconhecimento de legitimidade, na maior parte dos traçados, pelos habitantes, restando poucos litígios.

Basicamente quatro tipos de processos responderam pela formação dos limites nesta região. O primeiro deles foi a negociação diplomática, em que os traçados são apresentados pelos países e ambos chegam a um consenso sobre o tema para posteriormente demarcá-los no terreno. O segundo é a arbitragem por outros países, em que os países em litígio apresentam os seus inventários, mapas e uma série de argumentos (ocupação, produção...) ao país que vai julgar as pertinências e decidir quem tem direito à zona reclamada. O terceiro processo é resultado de uma situação em que os traçados são impostos por um país sobre outro a partir de uma relação de força desequilibrada entre os mesmos. Operações militares, ocupação do solo por civis de maneira espontânea ou estimulada por determinado Estado-nacional, caracterizam este processo. Enfim, a guerra entre os Estados-nacionais. Neste estágio, ocorre a supressão e o desconhecimento total das fronteiras entre eles. A motivação deste evento pode ter origem no controle de recursos naturais, saída para o mar, controle comercial, etc.. É exemplar a guerra do salitre que envolveu o Chile e a Bolívia quando esta

última perdeu seu acesso ao litoral do oceano Pacífico. Outros traçados – Equador x Colômbia; Chile x Peru; Bolívia x Peru; e Bolívia x Paraguai foram definidos em conflitos armados. Mais recentemente (1998), o Peru e o Equador mobilizaram suas tropas na fronteira para disputar uma área em litígio.



MAPA 7: América do Sul no século XIX.
Fonte: www.pais-global.com.ar
Legenda: 1) Limites do Império espanhol no final do século XVIII; 2) Limites dos países no final do século XIX; 3) Territórios da antiga Confederação Centroamericana; 4) Grandes zonas de tensão político-militar; 5) Territórios disputados entre o Equador e Peru; 6) Território peruano anexado pelo Chile (exceto Tacna devolvido em 1929); 7) Território boliviano anexado pelo Chile; 8) Território boliviano anexado pela Argentina.

Esta descrição dos processos de formação da fronteiras entre os países da América do Sul que compõem a Amazônia Continental, demonstra somente uma visão dada a partir dos próprios Estados, ou na escala dos mesmos. Para uma visão mais detalhada, mudar-se-á de escala analisando a formação das regiões fronteiriças da Amazônia e, posteriormente, a fronteira do Brasil com outros países amazônicos.

A Amazônia Continental é uma região construída que, partindo basicamente dos limites naturais, ultrapassa, sem desconhecer, os limites instituídos pelos Estados-nacionais. Estes, por sua vez, ao delimitarem as suas fronteiras não reconheceram a existência dos diversos territórios indígenas existentes construídos antes dos Estados.

Num trabalho de etno-história amazônica, Antônio Porro (1996), a partir de um minucioso levantamento e confronto entre as primeiras crônicas deixada pelos conquistadores da região no século XVI, procurou delimitar os territórios dos diversos povos que a ocupavam. Em geral, os cronistas usavam a expressão província para designar o domínio de uma área das mais diversas nações que habitavam as margens dos rios na Amazônia. Porro concorda que havia evidências de controle regional por parte dessas nações. "O senhor de Aparia da aldeia de Aparia Grande, nas proximidades de Letícia e Tabatinga, era reconhecido como tal desde Aparia Menor, no baixo Napo (Peru), até a foz do Jandiatuba (São Paulo de Olivença- Amazonas)". Isto representava uma extensão de aproximadamente 600 quilômetros cruzando o que hoje se conhece como a fronteira política do Brasil com a Colômbia e o Peru.

Já no século XVII, esta mesma região passará a abrigar uma outra nação, com limites territoriais mais reduzidos, porém, ainda desconhecendo, como a anterior, evidentemente, a distinção de domínios coloniais entre Portugal e Espanha.

Tratava-se dos Omáguas, cujo "território começava 120 quilômetros acima da foz do Javari e terminava na região da foz do Mamoriá, entre o Jutaí e o Juruá". Estes limites estavam deslocados à Leste pelo menos 300 quilômetros do anterior, ainda assim, o domínio dos Omáguas girava em torno de 700 quilômetros ao longo da calha do rio Solimões.

A ação das Coroas espanhola e portuguesa visando conhecer o novo território foi evidenciada pelas expedições que ambas realizaram por vários rios amazônicos. Usando o rio Orinoco para atingir o interior dessas terras, duas expedições espanholas, uma realizada em 1531, comandada por Diego de Ordaz e a outra em 1534, comandada por Alonso de Herrera, não conseguiram êxito no empreendimento em virtude das defesas realizadas pelos índios Caribe. É a partir de 1584, com a expedição de Antonio de Berrio, que começa uma verdadeira conquista e colonização do Orinoco e Guayana.

Descendo de Quito e chegando até o rio Napo e daí atingindo o rio Amazonas, em 1542 a expedição de Francisco Orellana percorre todo seu curso, cabendo a Frei Gaspar de Carvajal, cronista da viagem, deixar "a primeira descrição do grande rio e das tribos que viviam em suas margens (Porro,1996:9). Já em 1560, foi a vez da conturbada expedição do general Pedro de Orsua, assassinado pelo seu companheiro Lopo de Aguirre, que tomara a frente da expedição. Religiosos também desceram de Quito em 1615, e depois de alguns enfrentamentos com índios da província dos Encabelados, já em número reduzidos conseguiram chegar a cidade do Pará.

Já a primeira expedição portuguesa, subindo o rio Amazonas foi comandada por Pedro Teixeira em 1637, que conseguiu chegar até a cidade de Quito depois de percorrer um trecho por terra. No seu retorno, pôs um marco na margem direita do rio Napo e tomou posse em nome de Portugal, assim relatado: "...tomando tierra em las manos y

echandola al ayre, y cavando com um azadon diciendo em alta voces, que tomaba posesion de dichas tierras y sitio em nombre del Rey Felipe quarto Nuestro Senor por la corona de Portugal". Este lugar, vale ressaltar, estava situado a aproximadamente 3000 quilômetros da cidade do Pará, limite de Tordesilhas e muito além ainda dos limites que hoje conhecemos entre o Brasil e a Colômbia.

É possível que tenha havido certo abandono das ações portuguesas nessa região do Alto Amazonas, no entanto outros rios, como o rio Negro, passaram a ser explorados por sertanistas e missionários em busca de braço indígena e dos produtos da floresta. A partir deste momento começa a se configurar na Amazônia, tanto espanhola como portuguesa, as bases de uma outra organização do território. Ou seja, estava em curso a implantação de uma geografia que passaria a atender aos objetivos de ambas as Coroas. Uma história comum da formação territorial, em que a instituição de determinadas ações, como o descimento de índios para os rios principais e a fundação de reduções missionárias e fortificações deram origem aos primeiros núcleos de população miscigenada, sob comando das respectivas Coroas.

Se houve, por um lado, o abandono por parte da Coroa portuguesa no Alto Amazonas, os missionários espanhóis, por outro, continuaram a atuar na região, indo muito além do marco posto por Pedro Teixeira no rio Napo em 1637. É a ação catequista empreendida pelo missionário espanhol Samuel Fritz em boa parte da calha do rio Solimões/Amazonas a partir de 1689, entre os índios até próximo à boca do rio Japurá, que fez com que todo esse território aparecesse por um longo período como alvo de disputa entre portugueses e espanhóis. De fato, Fritz fundará inúmeras missões que deram origem a diversas cidades desta região, conhecida hoje como Alto Solimões. Tal denominação, aliás, deveu-se ao fato

da existência de uma nação indígena conhecida por Yoriman, ou Yorimagua, ou ainda Solimões, hoje extinta.

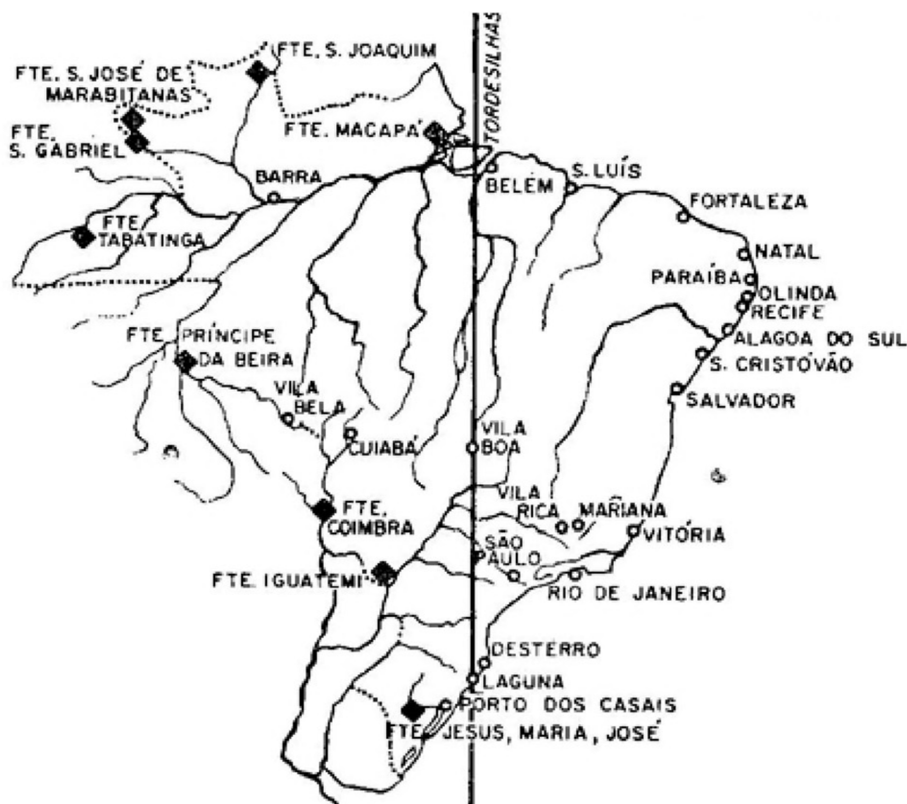
Enquanto Portugal e Espanha disputavam seus territórios coloniais, comunidades indígenas continuavam a percorrer seus territórios tradicionais, seja ao longo do rio Amazonas, Javari, Içá/Putumayo, Japurá/Caquetá, ou Uaupés/Vaupes, isto é, toda a extensão que hoje o Estado brasileiro denomina de calha norte. Resistindo até os dias atuais, várias nações indígenas ainda circulam em seus territórios que atravessam os países. É o caso dos Ianomâmi e dos Taurepang entre o Brasil e a Venezuela; dos Maku e Tucano entre o Brasil e a Colômbia; dos Ticuna, Miranhas e Cocama entre o Brasil, a Colômbia e o Peru; dos Ashininca entre o Brasil e o Peru; os Galibi e Palikur entre o Brasil e a Guiana Francesa; e os Tirió, entre o Brasil e o Suriname.

Assim, do período que vai desde as ações de Samuel Fritz até a definição do Tratado de Madrid em 1750, e mesmo do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, as fronteiras na região do Alto Solimões, bem como no rio Negro, não estavam firmemente delineadas entre as Coroas. Pelo menos dois embates ocorreram aí para definir a possessão territorial. No primeiro deles, em 1709, as ações portuguesas expulsam os jesuítas espanhóis do rio Solimões, mandando-os recuar até o rio Napo, local em que Pedro Teixeira havia definido em 1637, como limite da Coroa portuguesa. As missões, anteriormente assumidas pelos jesuítas espanhóis, passaram para as mãos dos carmelitas portugueses.

O protesto da Espanha não demorou, e todas as aldeias, agora ocupadas pelos carmelitas, foram destruídas e retomadas. No ano seguinte, nova expedição portuguesa partindo de Belém conseguiu recuperar os domínios do rio Solimões até a boca do rio Javari, onde foi construída uma

casa forte. O trecho seguinte, do rio Javari ao rio Napo, permaneceu sob controle espanhol.

Enquanto Portugal realizava avanços em terras espanholas pelo rio Amazonas, a Espanha tentava consolidar suas posições no Alto Orinoco, Alto rio Negro e Alto Amazonas. No rio Negro chegam a montar em 1759 o forte de São Gabriel, fundação mais avançada dos espanhóis. Mas a criação de uma nova unidade administrativa, a capitania de São José do Rio Negro em 1755, tendo à frente das ações Mendonça Furtado, irmão do Marques de Pombal, deu novo impulso à defesa territorial. Em 1761, os portugueses tomam o forte de São Gabriel dos espanhóis e continuam avançando sobre o rio Negro. No Alto Solimões fundam em 1766, São José do Javari, na boca do rio de mesmo nome, margem direita do rio Solimões, e no lugar onde hoje fica a cidade de Tabatinga, na margem esquerda do rio Solimões, constroem um forte. Dois anos após, os portugueses ocupam instalações que haviam sido construídas e posteriormente abandonadas pelos espanhóis no rio Içá/Putumayo em 1754, e fundam o povoado de São Francisco do Içá.



MAPA 8: Limites do Tratado de Madrid.
Fonte: Teixeira Soares. História da Formação das Fronteiras do Brasil.

Decorridos mais de dois séculos desde a expedição de Orellana em 1542, vários povos indígenas dos primeiros contatos já estavam desaparecidos. Os Omáguas, por exemplo, que tiveram um amplo domínio das várzeas do Alto Solimões, foram substituídos pelos Ticuna, constituindo-se hoje numa das maiores nações indígenas do Brasil (Porro p. 66). Estes, porém, não se restringem aí, havendo núcleos de Ticuna na Colômbia, e Ticuna do lado peruano.

Além de ter que conquistar terra aos índios, as Coroas espanhola e portuguesa tinham que disputar a posse da terra uma contra a outra. Para Portugal, o uso dos rios viabilizou a

penetração aos mais distantes lugares do interior amazônico. Para a Espanha, o controle de sua porção leste das terras americanas foi mais difícil em virtude da própria localização da sede do poder: a audiência de Quito e a comunicação entre eles[3], e o interesse mineiro nos altiplanos.

Como o tratado de 1750 em nada resultou, e as posições foram alteradas, será em 1777, com o tratado de Santo Ildefonso que praticamente encerrar-se-ão as polêmicas em torno das linhas fronteiriças. Esta ratifica, por exemplo, a posse espanhola da área entre o rio Japurá e o rio Solimões/Amazonas (o instituto do *Uti Possidetis de facto* prevaleceu sobre o *Uti Possidetis juri*, ou seja, não valia o que estava jurado, acordado ou prometido, mas o que havia sido ocupado). Contudo, na área entre o Japurá e o rio Solimões/Amazonas os portugueses haviam instalado um povoado na foz do rio Içá – São Francisco – e também o forte de Tabatinga, na margem setentrional do Solimões/Amazonas.

A demarcação das fronteiras entre os impérios continuava neste clima tenso, em que cada um deles buscava ampliar seus domínios territoriais e, simultaneamente, defender-se da cobiça de comerciantes de outros países, internamente divisões territoriais eram efetivadas para consolidar o domínio português.

Consolidada a autonomia aos povos sulamericanos frente aos ibéricos, as disputas fronteiriças ocorrem entre os estados nascentes. O Brasil passaria a negociar as linhas de fronteira na Amazônia. As negociações tornaram-se mais

---

3. "Em 1886, o governo do Peru nomeou governador do Departamento de Loreto, que contem a maior parte da Amazônia peruana, a José Benigno Samanez y Campo; como tinha urgência para chegar a Iquitos, capital do Departamento, optou o governador – um notável explorador dos rios amazônicos, é preciso frisar– pelo caminho mais rápido: de Lima foi de navio ao Panamá; atravessou o istmo de trem; tomou em Colón um navio para Nova York; de lá outro para Belém; e outro mais para Iquitos, aonde chegou no prazo curtíssimo para a época de 80 dias." Ver GOÉS, Sinésio(1999) p. 173.

complicadas não só pelo aumento do número de interessados, mas em virtude das disputas entre eles. Deste modo, os acordos entre Brasil e Peru para definir a linha de fronteira dependia do acordo realizado entre Peru e Equador, por exemplo.

Ernest Guhl, um estudioso das fronteiras colombianas afirma que quando se criou a antiga Colômbia, todas as suas fronteiras eram duvidosas: com a Guiana Inglesa, com o Brasil com o Peru e com a Costa Rica. Depois, quando se dissolveu a Gran Colombia, novas linhas fronteiriças são produzidas entre Venezuela, Nova Granada e Equador. Motivações não faltavam, segundo Guhl o interesse na exploração do ouro voltou a se intensificar na fronteira com o Brasil, protegido pela doutrina da fronteira viva, baseada no conceito de espaço vital.

Se por um lado alguns autores apontam a inoperância da coroa espanhola em atuar na banda oeste de Tordesilhas, é inegável a façanha portuguesa em consolidar os postos onde chegavam, antes ou depois da União Ibérica (1580-1640). Porém, a conquista de toda esta porção da margem esquerda do rio Solimões/Amazonas a montante do rio Japurá, envolveu disputas diplomáticas entre todos os Estados nascentes. Além de territórios disputava-se o acesso ao rio Amazonas e a livre navegação, constante em todos os acordos fronteiriços, uma vez que o vapor já era uma realidade em 1850.

Da velha reivindicação espanhola sobre a área, passa então o Peru, um dos primeiros a tornar-se independente, a reivindicá-la. Acorda com o Brasil em 1851 o reconhecimento de uma linha reta de Tabatinga até o rio Japurá defronte a foz do rio Apaporis, limite aliás, reivindicado pelos portugueses desde as comissões em 1782. Do mesmo modo, reivindicavam territórios amazônicos o Equador e a Colômbia. O primeiro

tentava adotar como seus limites territoriais os antigos limites da Audiência de Quito, pertencentes ao Vice-Reinado do Peru, tomando por base o Uti Possidetis Juris de 1810, com a forte oposição do Peru que reclamava para si a selva amazônica do Oriente, dos Andes até o rio Putumayo (Içá).

Com a Colômbia um tratado foi acordado em 1853, em que esta reconhece a linha reta Tabatinga-Apaporis como limite entre o Brasil e o Peru. No entanto, o Tratado não foi acatado pelo Senado daquele país, até porque a própria Colômbia reivindicava todo o triângulo entre o rio Japurá e o rio Amazonas, usando o acesso a este último como o caminho para o Atlântico. Enfim, o Equador é o grande prejudicado territorialmente, considerado por isso mesmo, por Mendoza "El Abel de la America", enquanto o Brasil consegue assegurar esta área. Como diz Guhl:

"Mientras las nuevas republicas hispanoamericanas (andinas) se destruian em guerras civiles innumerables, descuidaban las fronteras que a tenaz colonizacion portuguesa y brasileña llevaba hacia al occidente, al amparo da paz, principalmente por la actividad de los missioneros, que los paises hispanoamericanos perseguiam o expulsaban, como a los jesuitas, em sus pugnas politico-religiosa. Para Brasil el titulo era la ocupacion. Para Colombia los tratados entre Portugal y España".

EXTRAÇÃO DA BORRACHA E DISPUTAS TERRITORIAIS

Esta disputa territorial que se desenrolou praticamente por todo o século XIX entre as repúblicas recém-criadas, teve um outro ingrediente além do sentimento nacional. A disputa passou a ser também pela extração da borracha, que começa a ter seu preço elevado em virtude da demanda mundial.

Já vimos que a história regional da Amazônia, enquanto região de um Estado-Nacional, apresenta-se de forma homogênea nos diversos países da qual participa pelo fato de ser periférica, seja do ponto de vista político, econômico e espacial, principalmente. A própria baixa densidade demográfica dificulta uma intervenção maior junto aos Estados correspondentes, pois significa pouca representação.

Do ponto de vista cultural, também há uma certa semelhança na medida em que a identidade é dada não só pela forte tradição indígena, por mais que sejam diversas nações indígenas, como também pelo caráter ribeirinho de sua população, condição que aproxima os modos de vida ligados à pesca, à mobilidade, aos mitos, enfim, ao uso da água, da floresta e da terra.

Enquanto território de expansão colonial, a Amazônia passou por um processo de disputa, primeiro entre Impérios coloniais e depois entre novos Estados-Nacionais; depois, enquanto 'território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores', a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente para assegurar a exploração; por último, esta população foi também disputada seja pelas coroas, como contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho de colonização.

Quando, em meados do século XIX, após alguns limites estarem definidos, após o desaparecimento de inúmeras nações indígenas e a pacificação de outras, a Amazônia retorna ao cenário dos Estados pelos quais está envolvida como a "região da borracha", uma nova geografia passa a ser definida. Rios como Japurá/Caquetá, Putumayo/Iça e Solimões, além de outros menores passam a ser devassados por 'caucheros' em busca do látex. Cidades como Iquitos e

Belém ou Manaus, sedes de poderosas casas comerciais[4] começam a participar, liderando, uma rede de extração de borracha que se estende até o mais distante dos lugares na Amazônia, pois era a partir delas que fluiam gêneros para abastecimento e para elas fluiam a produção gomífera.

Isto vai produzir, em nosso entendimento, uma história regional semelhante, pois os relatos indicam, por exemplo, o mesmo sistema de endividamento do trabalhador para a exploração e a formação de uma elite regional. Quanto ao envolvimento de índios, não há paralelo no Brasil o massacre realizado pela Casa Arana, empresa peruana exportadora de borracha, no rio Putumayo.



MAPA 9: Área de ocorrência da hévea brasiliensis.
Fonte: Amazônia: Proposta interdisciplinar de educação ambiental, IBAMA, 1994.

4. As referências principais são a Casa Arana, de Iquitos, e a firma J. G. de Araújo, de Manaus, pelo poderio que tinham em articular uma grande rede de dependência, de crédito.

Contudo, o novo reordenamento territorial decorrente da exploração da borracha, foi muito além do surgimento de entrepostos, vilas, povoados e descoberta de alguns lugares de coleta. Ultrapassou a escala regional de cada país e transformou-se numa questão internacional quando o Brasil, por conta dos avanços dos seringueiros, conquista o Acre à Bolívia, e a Colômbia, por conta dos avanços dos caucheros, passa a disputar com o Peru a região conhecida como o "Trapézio Amazônico". O Brasil consegue, via diplomacia, resolver seu contencioso com a Bolívia, no entanto, Peru e Colômbia chegam ao extremo de uma guerra, conhecida como o Conflito de Letícia, em 1932. Tendo perdido para o Brasil a boca do rio Japurá, era fundamental para a Colômbia participar do condomínio do rio Amazonas/Solimões como alternativa de saída ao Atlântico.

A reivindicação colombiana já vinha sendo exposta desde o ano de 1851, quando o Brasil e o Peru definiram secretamente os limites entre os países como sendo a linha reta de Tabatinga à boca do rio Apaporis. Daí a razão do Senado colombiano não ter retificado o acordo com o Brasil, pois o acesso ao rio Amazonas era fundamental na estratégia do controle territorial desta área, que, como vimos, já vinha sendo explorada tanto por peruanos quanto colombianos.

Se, como por herança da expansão territorial portuguesa, o Brasil carrega a imagem de imperialista, dada pelos seus vizinhos, é interessante ressaltar aqui a disputa interna aos vizinhos hispânicos, principalmente em suas Amazônias, pois Guhl aponta que as tensões políticas fronteiriças entre os estados bolivarianos são tão antigas quanto os próprios estados, especialmente nas planícies orientais dos andes. Entre os países hispânicos, parece que quem carrega o estigma de imperialista é o Peru. Já dissemos, anteriormente, que o grande perdedor foi o Equador, enquanto o Peru aparece como aquele que mais disputou, de modo ferrenho, territórios. Num trabalho

colombiano que relata a guerra Colombo-Peruana, DONADIO diz que em matéria de fronteiras, nada mais certo que o verso de Alberto Hidalgo onde se fala do Peru envolvido em todos os conflitos. Dizia-se que o Peru manteve conflitos fronteiriços com todos seus vizinhos, com o Chile, que lhe ganhou uma gurra, Bolívia, Brasil, Colômbia e Equador, que perdeu a guerra, que é historicamente certo, e que somente com o oceano não teve conflito de fronteiras.

Já do lado peruano, EXEBIO, em seu livro didático, traça também as questões fronteiriças de seu país: " Em la Republica, el caudillismo de los primeiros años no facilitó el desarollo de medidas geopoliticas. Com Castilla, la vision cambió, aprovecho el espacio geografico, ocupó la zona periferica del pais, salvaguardando para el Peru sus derechos a la Amazonia creando el Departamento del Loreto, explorandose varios rios amazonicos, construyndose el apostadero naval y la factoria naval de Iquitos. Mantuvo uma accion previsora tanto en el aspecto nacional como en el internacional. Estos planteamientos geopoliticos de integración y efectiva ocupacion de la periferia no se fueron seguidos por los gobiernos posteriores, determinando junto com crisis economicas frecuentes, la pérdida de 700.000 km^2, por la accion de vecinos expansivos de habil diplomacia".

Assim, na raiz do conflito entre Colômbia e Peru está a celebração de diversos acordos entre os dois paises e o Brasil. Podemos afirmar que a borracha teve a sua importância nas primeiras disputas territoriais. No entanto, a motivação do conflito territorial não pode ser creditada apenas à exploração da goma elástica, visto que seu baixo preço não estimulava mais a coleta.

Como Portugal, e depois o Brasil, desde o Tratado de Santo Ildefonso, manteve-se o firme propósito de assegurar como limite a linha Tabatinga-Apaporis, e após a independência, Peru e Colômbia disputaram a porção Oeste da linha, ficando o Peru com a área até o rio Caquetá/Japurá, resultando numa exclusão da

Colômbia de acesso ao rio Amazonas, este país rechaçou constantes acordos entre o Brasil e o Peru sobre aquela fronteira. Até que em 1922, o Tratado Lozano-Salomon, entre o Peru e a Colômbia concedia a esta uma faixa de terra que ia do Caquetá ao Amazonas numa linha reta, seguindo por 115 km à montante pelas margens deste[5].



MAPA 10: Trifronteira Brasil-Colômbia-Peru.
Fonte: NOGUEIRA, Ricardo. A Divisão da Monstruosidade.

5. Este tratado também foi estabelecido em segredo do Equador, que deixava, em definitivo, de fazer fronteira com o Brasil. Cf. Guhl, E. *op.cit.* p.151.

Este acordo foi uma surpresa para o Brasil, pois mudava de vizinho sem ser ouvido. Isto poderia fazer com que a Colômbia voltasse a reivindicar a posse até a boca mais ocidental do rio Japurá, como prescrito no Tratado de Madrid, em 1750.

Todavia, a repercussão maior do acordo deu-se mesmo no Peru, visto que contrariou interesses econômicos dos comerciantes de Iquitos, principalmente da Casa Arana. Peruanos de Loreto sentiram-se traídos pelo acordo, pois isto significava dividir o Amazonas com mais um país, e tramaram a tomada de Letícia, pequeno povoado na fronteira com o Brasil. Isto resultou num conflito entre peruanos e colombianos no ano de 1932, em que o Conselho da Sociedade das Nações decidiu a favor da Colômbia a posse do território conhecido como o Trapézio de Letícia.

FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A dimensão continental do Brasil tem por correspondência uma extensão de linha de fronteira que atinge 15.719 quilômetros. Deste total, a Amazônia abriga 10.298 quilômetros, fazendo fronteira com os seguintes países: Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e o departamento ultramarino da Guiana Francesa.

A demarcação das fronteiras na Amazônia era premente porque se tratava de uma região com uma população rarefeita, esparsa e distribuída ao longo dos rios, que, assim como as cristas de montanhas serviram para delimitar as raias com os países vizinhos.

TABELA 10: Extensão das linhas de fronteiras.

País	Extensão km	U.F.	Origem
Bolívia	3126	MS, MT, MT, RO, AC	Império, Colônia, Naciona
Peru	2295	AC, AM	Império
Colômbia	1644	AM	Nacional
Venezuela	1495	AM, RR	Império
Guiana	1606	RR,PA	Nacional
Suriname	593	PA, AP	Colônia
G. Francesa	655	AP	Nacional

Fonte: Magnoli, Demétrio. O Corpo da Pátria.

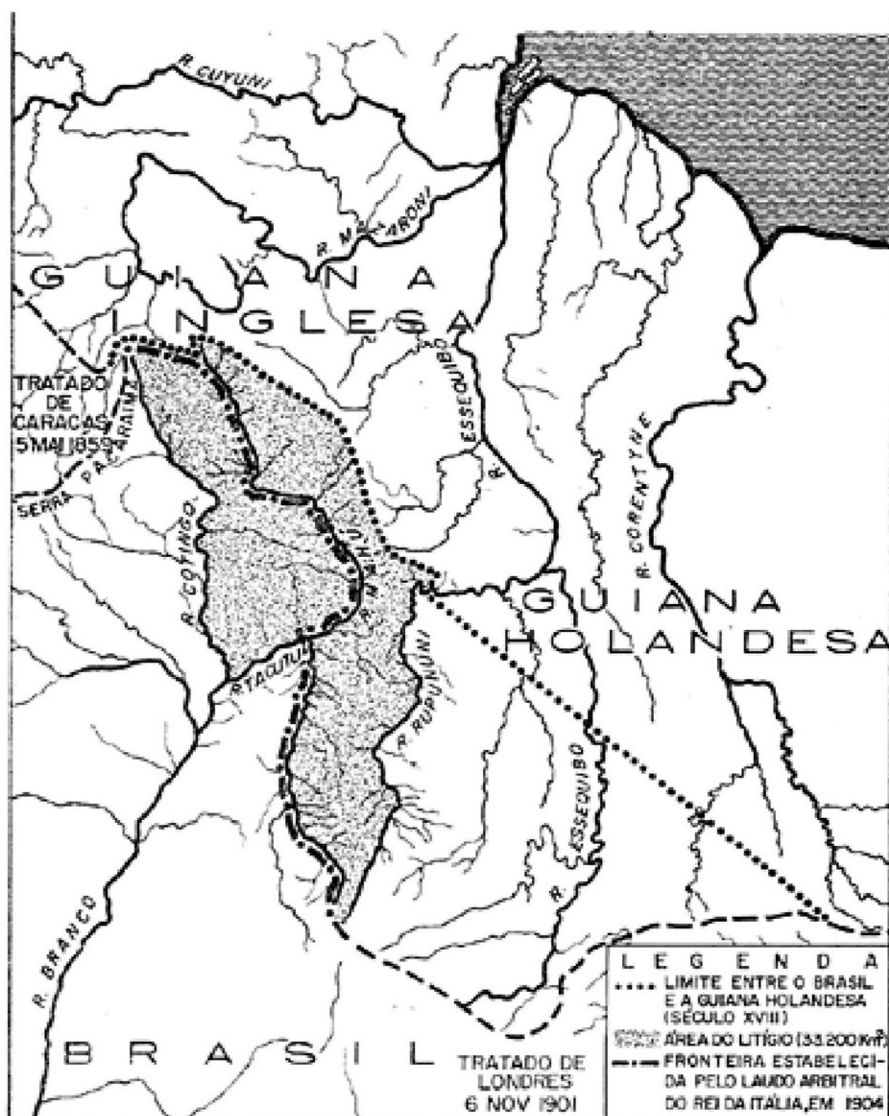
A definição das fronteiras com cada um desses países ocorreu em períodos distintos e os processos foram relativamente tranqüilos, sem guerra. Veremos em seguida a constituição de cada um deles.

Capistrano de Abreu em seu livro "Capítulos de História Colonial", escrito em 1907, inicia comentando a fronteira do Brasil com o Equador, o que deixa o leitor surpreso porque há quase um século aprendemos nas aulas de Geografia que o Brasil só não faz fronteira com o Chile e o Equador. A história mostra que esse país fazia realmente fronteira com o Brasil. Todavia, nas disputas territoriais entre as nações oriundas da América espanhola, o Equador, dividindo os antigos vice-reinos do Peru e de nova Granada, foi aquele que teve maiores perdas territoriais. Deixou de fazer fronteira com o Brasil quando teve uma parte do seu território disputado pelo Peru.

A linha de fronteira com a Bolívia é a mais extensa de todas. Atinge 3.126 quilômetros e apresenta três segmentos que foram gradativamente sendo definidos. O primeiro segmento é aquele definido pelo rio Guaporé com 1392 quilômetros e sua origem é colonial, consolidada, portanto, ainda quando Portugal e Espanha dividiam a América. O segundo segmento, com 1116 quilômetros, localizado no atual pantanal mato-grossense, foi estabelecido durante o Império e resultou numa negociação entre os países envolvidos. O

último segmento, certamente o mais conturbado, é aquele do Acre, com 618 quilômetros, cuja definição já foi concretizada no início do século XX e resultou numa negociação ampla entre as partes envolvidas em virtude de que a área disputada havia sido ocupada por brasileiros para extração de valioso recurso natural: a borracha.

A "questão do Acre", como ficou conhecido o episódio que resultou numa indenização de £$ 2 milhões de libras esterlinas e ainda a construção de uma ferrovia, a Madeira-Mamoré, dando à Bolívia acesso à bacia Amazônica e ao oceano Atlântico, incorporou ao território brasileiro cerca de 190 mil quilômetros quadrados, tendo como principal artífice da assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, o Barão do Rio Branco, que hoje é o nome da capital do estado do Acre.



MAPA 11: Fronteira Brasil-Guiana Inglesa.
Fonte: Teixeira Soares. História da formação das fronteiras do Brasil.

A linha de fronteira com a República da Guiana, antiga Guiana inglesa, com 1606 quilômetros, foi resultado de um arbitramento que teve como juiz Vitor Emanuel III, rei da

Itália. Na sua avaliação nenhum dos países litigantes conseguiu comprovar a posse das terras, uma área de 31 mil quilômetros quadrados, na região montanhosa do planalto das guianas. Neste episódio, o princípio de utilizar as cristas das montanhas como divisor não prevaleceu, pois o rei preferiu utilizar os rios como limites, estendendo os limites da Guiana para o Sul, pois do total da área em disputa 19,6 mil quilômetros ficaram com a Guiana e 13 mil quilômetros com o Brasil. Foi a única situação em que a habilidade diplomática do Barão do Rio Branco não prevaleceu.

Com o estado peruano, a delimitação da fronteira apresentou uma situação delicada em virtude das pendências territoriais entre os outros países, principalmente Equador e Colômbia. A extensão desta linha é de 2.295 quilômetros, foi consolidada durante o Império sendo o rio Javari o principal elemento divisor.

O que é importante salientar nesta região fronteiriça é a negociação em torno da navegação na bacia amazônica. Como o acesso à região amazônica peruana era extremamente complicada a partir do oceano pacífico e o rio Amazonas permitia ampla navegação até o interior do continente, o acordo final entre os países, confirmado em 1859, foi denominado de Tratado de Limites e navegação Fluvial. Até os dias atuais a região amazônica peruana depende dos rios desta bacia para o abastecimento, visto que ainda não há ligação rodoviária com o centro do país.

A constituição da fronteira com a antiga Guiana Holandesa, hoje Suriname, com a extensão de 593 quilômetros, remonta ao período colonial, embora ela tenha sido oficializada somente em 1906, com a atuação do Barão do Rio Branco. Aqui também prevaleceu o recurso a um elemento natural como definidor da linha fronteiriça, pois foi justamente sobre a Serra do Tumucumaque, como divisor de

águas da bacia amazônica, que o acordo foi estabelecido. Cabe assinalar que a região da Guiana holandesa fora disputada entre a França e a Inglaterra.

A fronteira com a Colômbia possui 1.644 quilômetros de extensão e foi definida a partir de negociações diplomáticas. A região do Alto Solimões, como vimos, foi bastante disputada ao longo da segunda metade do século XIX. O Brasil, que herdou de Portugal o limite estabelecido no forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, deveria esperar as negociações entre Peru e Colômbia para poder negociar com esta. Diferente de outras delimitações, onde predominou o uso dos rios como recurso à divisão, aqui se observa a instituição de uma linha imaginária que partia do povoado de Tabatinga em direção ao rio Apaporis. No entanto, a reivindicação peruana, e depois colombiana era que fosse seguido e respeitado o limite estabelecido pelo Tratado de Madrid, ou seja, seguindo o rio Amazonas até a boca mais ocidental do rio Japurá e, posteriormente, subindo por este rio. Isto assegurava à Colômbia uma saída rumo ao oceano Atlântico. Porém, novamente a diplomacia brasileira conseguiu manter a linha Tabatinga-Apaporis desde 1851, argumentando o princípio do Uti Possidetis. (ver mapa 10)

A discussão a propósito da delimitação da fronteira com a Guiana Francesa, gerou polêmica em virtude da intenção francesa de acesso ao controle da foz do rio Amazonas (ver mapa 12).



MAPA 12: Fronteira Brasil-Guiana Francesa.
Fonte: IBGE, Atlas Geográfico Brasileiro, s/d.

Em 1634, a França fundou a cidade de Caiena e logo em seguida, em 1637, Portugal criou a capitania do Cabo Norte, atual Amapá, cujo limite definido pelo Tratado de Utrecht de 1713, era o rio Vicente Pizon ou Japoc, posteriormente denominado Oiapoque. Todavia, a grande divergência apontada pela França era de que o rio definidor da fronteira era, na verdade, o rio Araguari, ao Sul do limite anterior. Em função do litígio entre as duas partes, o arbitramento coube ao Conselho Federal Suíço que definiu em 1900, a favor do

Brasil, que tinha novamente à frente da diplomacia o Barão do Rio Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as suas primeiras formulações teóricas aos dias atuais, a Geopolítica mudou bastante de significado. No passado, mencionar o termo estava associado à guerra, à conquista e ao controle territorial. Hoje, para alguns teóricos a expressão está caindo de moda porque a Geopolítica estava associada ao poder do Estado sobre o território e, mais, ao território do outro. Com a gradativa mudança nas concepções e ações do Estado, que levam a uma verdadeira perda de poder frente as grandes corporações transnacionais, fala-se de uma Geoeconomia, ou seja, a conquista, o controle e o domínio territorial agora é liderado por estas empresas, que, no fundo, não estariam interessadas em processos de anexação territorial, mas apenas garantir o controle do fornecimento dos produtos e matérias-primas necessárias ao desenvolvimento.

Por outro lado, aqueles países que detêm os maiores avanços tecnológicos buscam incessantemente livrar-se da dependência de outros países, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais. Mesmo assim, há determinados recursos que são fortemente territorializados, que sua transferência ou reprodução em outros lugares ou ambientes são inviáveis. É neste sentido que a Amazônia ainda aparece como uma região em que sua natureza é vista como um grande potencial de capital pelas empresas de biotecnologia. É neste sentido, ainda, que a crise ecológica, coloca esta região no centro do debate nacional e internacional.

Como é uma região, em todos os Estados-nacionais, vista como lugar de expansão da economia nacional, a taxa de crescimento populacional ainda é mais elevada que a taxa de crescimento nacional, contribuindo para isso a migração. Isto exige um ordenamento territorial que contemple medidas de preservação e conservação da natureza, embora as pressões sobre o ambiente não venha gerando resultados tão promissores, pois o ritmo de substituição da cobertura vegetal original por outra ainda é elevado. Daí a alternativa da criação de inúmeras áreas protegidas e de instituição de terras indígenas por todos os países como instrumento de regulação do desmatamento.

Isto vem imprimindo em toda a Amazônia uma nova geografia, que está se configurando na forma de verdadeiros territórios, constituindo novas fronteiras internas. Oriunda de pressão tanto nacional quanto internacional para a preservação ambiental, os países estão criando áreas que possuem características naturais relevantes para a manutenção da biodiversidade. Além das áreas protegidas, os países, a partir da pressão realizada pelas organizações indígenas, estão demarcando inúmeras terras que ao longo de centenas de anos foram o suporte da diversidade étnica na Amazônia.

Estas duas características singulares da Amazônia – diversidade natural e diversidade étnica – fizeram com que a região se tornasse o centro de observação de todo o planeta, visto que passaram a compreender que tanto a natureza amazônica em seu conjunto de flora, fauna e clima, quanto a cultura dos povos, constituem patrimônios inestimáveis para uma sociedade que nos últimos 200 anos estabeleceu com a natureza uma relação predatória.

Esta nova ordem ambiental mundial vai perceber que, sendo a Amazônia um dos últimos redutos do planeta que abriga grande diversidade biológica e que esta região tem um

significado importante na circulação atmosférica do planeta, ou seja, do clima, buscará definir e instituir regulamentações de uso do solo aos países desta região como alternativa à destruição do patrimônio sócioambiental.

Em pouco menos de trinta anos, entre os anos de 1960 e 1990, assistiu-se uma verdadeira corrida aos recursos naturais desta região e a política de integração colocada em prática pelos países amazônicos – estímulo à colonização, agricultura, pecuária – desconhecia todo o valor daquilo que existia sobre o solo. Isto só podia ser reflexo de uma determinada visão de natureza, concebida como infinita, inesgotável e resistente aos desequilíbrios ambientais. Funcionando como um verdadeiro sistema, em que a alteração do ritmo de determinado fenômeno repercute sobre os demais, a ecologia da região começou a dar sinais de mudança a partir do momento em que o principal recurso natural da floresta, a madeira, foi transformado em mercadoria de grande valor comercial. Sua extração desenfreada, realizada por grandes empresas madeireiras, expôs o solo às chuvas provocando processos de assoreamento de pequenos, porém, importantes rios e igarapés que compõem a bacia amazônica. Além disso, a aceleração das queimadas nas áreas de colonização tem produzido mudanças micro-climáticas, como a redução da umidade relativa do ar.

No Brasil, a criação de áreas naturais protegidas, conhecidas como Unidades de Conservação, foi bastante intensificada após a década de 1990, como uma das ações estatais para reduzir a degradação ambiental. Sendo o Brasil o país que possui a maior área da Amazônia continental, as áreas protegidas nesta região refletem esta dimensão territorial. Do mesmo modo, não é sem conflito com outros grupos de interesses que estas áreas são definidas. Em geral são madeireiros, pecuaristas e empresários rurais que dificultam ou impedem a criação destas unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

ANCEL, Jacques. Géographie des frontiéres. Paris, NRF, 1938.

ARAGON, Luis (org.). *Populações da Pan-amazônia.* Belém, NAEA, 2005.

BACKHEUSER, Everardo. *Curso de Geopolítica geral e do Brasil.* Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, 1935.

BARROS, Roberto L. *A guerra entre Colômbia e Peru nas fronteiras do Brasil.* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Imprensa, 1933.

BECKER, Berta. *A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. In.* Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

BECKER, Berta. *A geografia e o resgate da Geopolítica.* Revista Brasileira de Geografia, n.º 50(2), 1988.

BRANCO, Samuel. *O Desafio Amazônico.* São Paulo. Ed. Moderna, 1989.

BRASIL. *Faixa de Fronteira.* Lei 6.634, de 02 de maio de 1979. Brasília, Secretaria de Imprensa e divulgação, 1981.

CAMACHO, Roberto Pineda. *El ciclo del caucho (1850-1932), In Colombia Amazonica.* Bogota, Universidad Nacional de Colombia, 1987.

CHAVES, Omar E. *Fronteiras do Brasil (limites com a República da Colômbia).* Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, Ed. Bedeschi, 1943.

CLAVAL, Paul – *Espaço e Poder.* Rio de janeiro, Zahar Editores, 1979.

COLÔMBIA AMAZÔNICA. Bogotá, Universidad Nacional de Colômbia, 1987.

COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica.* São Paulo, Edusp, 1992.

DOMINGUEZ, Camilo. *Amazônia Colombiana.* Bogotá, Biblioteca do Banco Popular,1985.

DOMINGUEZ, Camilo. *Colômbia y la Panamazônia.* In Colômbia Amazonica. Bogota, Universidad Nacional de Colômbia, 1987.

DOMINGUEZ, Camilo y Gómez, Augusto. *Nación y Etnias.* Los conflictos territoriales en la Amazonia 1750-1933. Bogotá, COAMA/Disloque Editores,1994.

DOMINGUEZ, C. et alli. *El hombre y su médio.* Leticia, Universidad Nacional de Colombia, 1999.

DONADIO, Alberto. *La guerra con el Peru.* Bogotá: Ed Planeta, 1995.

EXEBIO, Bertha et alli. *Geografia Del Peru e Del Mundo.* Lima: Ediciones Futuro, s/d.

FIGUEROA, F., ACUÑA, Cristobal. *Informes de jesuítas em el Amazonas(1660-1684).* Iquitos, Monumenta Amazônica, 1986.

FOUCHER, Michel. *Fronts et Frontieres.* Paris: Fayard, 1992.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

FREITAS, L. Aimberê. *Fronteira Brasil/Venezuela.* São Paulo, Corprint, 1998.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geografia do Brasil – Região Norte. Rio de Janeiro, 1977.

GOES FILHO, Synesio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUHL, Ernesto. *Las fronteras politicas y los limites naturales.* Bogota, Fondo FEN Colombia, 1991.

HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.

JARAMILLO, Jaime et alli. *Colonizacion, coca y guerrilla*. Bogotá, Universidad Nacional de Colômbia, 1986.

MACHADO, Lia O. *Mitos e realidades na Amazônia Brasileira*. 3v. Tese de doutorado. Universidad de Barcelona, 1989.

MACHADO, Lia O. *O controle intermitente do território amazônico*. Revista Território, 1(2), 1997.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Ed Unesp/Moderna, 1997.

MARTIN, André. *Fronteiras e Nações*. São Paulo, Contexto, 1994.

MARTINS, José S. *Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In.* Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Liv. Pioneira Editora, 1975.

MATTOS, Carlos. *Geopolítica e Modernidade*. Rio de Janeiro. Bibliex, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympo, 1980.

MENDOZA, Luiz. *Derecho territorial Del Ecuador*. Quito: Impresos Nueva Luz. s/d.

MOTA, M. e Braick. História – *Das Cavernas ao Terceiro Milênio*. Ed. Moderna, São Paulo, 2002.

MIYAMOTO, Shignoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas, Sp.: Ed. Papirus, 1995.

MOLES, Abraham e ROHMER, Elizabeth. *Psychologie de l'espace*. Paris, Casterman, 1972.

MORAES, A C. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo. Ed. Hucitec, 2000.

NOGUEIRA, Ricardo. *Amazônia: Uma visão que emerge das águas*. Revista do Departamento de Geografia da USP, n.º 11, São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, Ricardo. *Caminhos que marcham: O transporte fluvial na Amazônia. In* Revista Terra das Águas. Vol.1 n.º 2. Brasília: UNB/Marco Zero, 2.º Semestre, 1999.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. *Amazonas: Um estado ribeirinho*. Manaus: EDUA, 1999.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. *Amazonas: A divisão da "Monstruosidade Geográfica"*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2002.

PAREDES, Julio. *Derecho Territorial de Colombia*. Bogota: Imprenta y Litografia de las fuerzas militares, 1973.

PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim?* São Paulo, Global editora, 1984.

PORRO, Antonio. *O Povo das águas. Petrópolis*. Vozes, 1996.

POUNDS, Norman. *Frontiers and boundaries. In*. Political Geography. Mc Graw-Hill, 1963.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

REIS, Arthur C. F. *A conquista espiritual da Amazônia*. 2.ª ed. ver. Manaus: Ed.Universidade do Amazonas/ Gov. do Amazonas, 1997.

REIS, Arthur C. F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. As fronteiras com as colônias espanholas,Vol 2. 2.ª ed. Belém, Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

SANTOYO, Myriam J. *El poblamiento contemporáneo de la Amazonia. In* Colombia Amazonica. Bogota, Universidad Nacional de Colombia, 1987.

SIOLI, H. *Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis, Vozes, 1990.

TURNER, *F. Frontier and section*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1961.

VALLAUX, Camille. *Geografia Social: El Suelo y el Estado*. Madrid: Ed. Daniel Jorro, 1914.

VARGAS, Getúlio. *Nova Política Econômica.Vol.10*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo.

VELHO, Otavio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência(1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira. Enciclopédia Einaudi Vol.14*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Homepages:

IX Censo de problacion y IV de Viviendas. Disponível em http://www.inei.gob.pe. Acesso em 10/10/2005.

Censo de Problacion y Vivienda. Disponível em http://www.dane.gob.co. Acesso em 30/10/2005.

Censo Nacional de Problacion y Viviendas de Bolívia. Disponível em http://www.ine.gob.bo. Acesso em 20/10/2005.

Estatísticas Oficiales de Ecuador. Disponível em http://www.inec.gob.ec. Acesso em 27/09/2005.

População. Censo Demográfico. Brasil. Disponível em http://www.ibge.gov.br.

Esta obra foi composta em Manaus pela KintawDesign, em Bookman Old Style 10/14 e impressa em novembro de 2007.